

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Economia

Monografia de Final de Curso

“Valentim Bouças e as Finanças do Brasil na Era Vargas (1930-1945)”

Julia Matta De Luca
Matrícula nº: 0820350
Orientadora: Maria Gabriela Carvalho

25 de Junho de 2012

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Economia

Monografia de Final de Curso

“Valentim Bouças e as Finanças do Brasil na Era Vargas (1930-1945)”

Julia Matta De Luca
Matrícula nº: 0820350
Orientadora: Maria Gabriela Carvalho

25 de Junho de 2012

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.”

Agradecimentos

Gostaria primeiramente de agradecer a minha família por todo o apoio e paciência ao longo do curso de economia e durante toda a minha vida. Meu pai, José Umberto De Luca, por estar sempre presente em todos os momentos me ajudando e cuidando de mim de uma forma única, e também por me passar todos os dias importantes valores e lições. Minha mãe, Elizabeth Matta, por toda sua dedicação e presença e por sempre fazer tudo pela minha felicidade. Minha irmã, Joana De Luca, por todo seu zelo e conselhos, que contribuíram muito para a minha formação como pessoa. Meu irmão, Pedro Garcia De Luca, por estar presente em todos os momentos que precisei.

Também gostaria de agradecer a minha orientadora, Maria Gabriela Carvalho, por toda ajuda e parceria nesse projeto. Tenho certeza que se não fosse por ela, dificilmente conseguiria fazer a pesquisa e ter a motivação de encontrar um tema tão diferente e interessante.

Não poderia esquecer de mencionar as minhas amigas, que ao longo da minha vida sempre estiveram presentes me apoiando e torcendo por mim.

Finalmente, gostaria de agradecer aos meus amigos que fizeram esse período de formação acadêmica ser excelente e prazeroso. Em particular, Antonia Mendes, Guilherme Teixeira, Julio Libergott, Luiz Eduardo Kessler e Bruno Neves.

Índice

Introdução

1. Valentim Bouças, o Início
2. O Governo Provisório e O Primeiro Volume de Finanças do Brasil
 - 2.1 A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos
 - 2.2 Análise das dívidas Estaduais e Municipais
 - 2.3 Análise do Cenário Internacional
 - 2.4 A Política do Café e outras Observações
3. O Governo Constitucional e o Terceiro Volume de Finanças do Brasil
 - 3.1 O Café e as 'Finanças do Brasil' – Volume III (Janeiro de 1935)
 - 3.1.1 Mudança de Política
4. O Estado Novo (1937-1945) e o XVI Volume de Finanças do Brasil
 - 4.1 Finanças do Brasil – Volume XVI (Junho de 1940)
 - 4.1.1 Parte I e II
 - 4.1.2 Parte III
 - 4.2 O Conselho Técnico de Economia e Finanças
 - 4.3 A Indústria e as Relações Exteriores
5. A Segunda Guerra e o XIX Volume de Finanças do Brasil
 - 5.1 A Coordenação de Mobilização Econômica
 - 5.2 Volume XIX – Finanças do Brasil (Dezembro de 1955)
 - 5.2.1 Introdução Volume IX
 - 5.2.2 Introdução Volume X
 - 5.2.3 Introdução Volume XV
 - 5.3 Análise da Dívida Externa 1937-1945
 - 5.4 Análise das Reservas 1937-1945

Conclusão

Referências Bibliográficas

Introdução

O programa de reconstrução nacional apresentado por Getúlio Vargas ao assumir a chefia do Governo Provisório em 1930 destacava o problema econômico-financeiro do país como a grande questão a ser enfrentada, o problema que “a todos os outros se sobrepõe, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos”. Vargas enfatizava que a tarefa de “normalizar a vida do país, *que veio* a nossas mãos exausto financeiramente e economicamente perturbado”, e com uma economia nacional que ‘definhava depauperada, sem assistência’ tornava imprescindível a reorganização e unificação das finanças da União, Estados e Municípios e a regularização dos seus empréstimos externos.¹

Essa tarefa contou com a atuação crucial de **Valentim Bouças**, personagem que permanece como uma figura pouco conhecida do grande público apesar de sua importância na vida pública brasileira, especialmente durante a Era Vargas.

O primeiro passo em direção à união financeira do país foi o Decreto n. 20.631 de 9 de novembro de 1931 que “institui uma comissão de técnicos para proceder a estudos financeiros e econômicos dos Estados e Municípios”, sob a direção do Ministro da Fazenda (Bouças, 1932, p.11).

Valentim Bouças, na época representante Técnico dos Ministérios da Fazenda e Justiça, foi nomeado Secretário Geral desta comissão, que tinha como principal objetivo organizar a situação econômico-financeira do país, de modo a consolidar todas as informações econômicas relevantes, tais como dívida externa, dívida interna,

¹ Os principais pontos do programa de “reconstrução nacional” já aparecem no discurso de posse de Vargas em 3 de novembro de 1930 e são reafirmados no ano seguinte em seu discurso comemorativo do ‘primeiro aniversário da Revolução de outubro’, proferido no Teatro Municipal em 3 de outubro de 1931:

“Após um ano de governo, marcado, dia a dia, por tenaz esforço, visando normalizar a vida do país, que veio a nossas mãos exausto financeiramente e economicamente perturbado, o povo já pode compreender a impossibilidade de transformar, de momento em paradigma de ordem e prosperidade uma situação confusa e ruínosa, agravada ainda pelo desequilíbrio econômico universal, que não poupou sequer sólidas e velhas organizações. [...] pelo lado financeiro, a situação do país era de completo desmantelamento [...] a par da ruína financeira, a economia nacional definhava depauperada, sem assistência [...]” (VARGAS, Getúlio. **Primeiro Aniversário da Revolução de Outubro. Discurso do Chefe do Governo Provisório na solenidade realizada no Teatro Municipal**, em 3 de outubro de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1931)

importação, exportação e despesas e receitas de cada estado e seus municípios. Ao uniformizar todos esses dados, o governo seria capaz então de avaliar como iria conduzir sua política econômica. A motivação e conduta de Bouças como secretário - geral dessa comissão foi essencial para o desenvolvimento das finanças do Brasil na época.

A Comissão era responsável por divulgar os dados acima especificados de todos os estados através de uma série chamada *Finanças do Brasil*.² Durante a Era Vargas foram apresentados diversos volumes, alguns específicos de cada ano e outros que abrangiam um período maior, como compilações de volumes específicos. Desde o primeiro, publicado em 6 de abril de 1932, já se tornava evidente a importância que esta publicação teria. Quadros e dados dos estados e municípios nunca haviam sido compilados e sistematizados, de forma que o governo não tinha informações fundamentais como, por exemplo, qual Estado era, na época, o mais endividado. Valentim Bouças observou que antes do trabalho empreendido pela comissão, o país não tinha “exata noção” da situação econômica financeira dos Estados, pois os dados estavam em “desordem, desperdício, e irresponsabilidade” (Bouças, 1932, p.2). Bouças também era responsável por toda a parte introdutória, análise dos dados e conclusão da série.

Essa monografia pretende analisar mais detalhadamente quatro volumes da série *Finanças do Brasil*: (i) o primeiro volume elaborado após o decreto de criação da comissão, (ii) o terceiro, divulgado em 1935 mas com números referentes à 1934, ano das eleições presidenciais, (iii) o volume XVI, que cobre o período entre 1824 e 1939, mostrando a evolução das finanças do país após o estabelecimento do Estado Novo em 1937 e o (iv) e o décimo nono volume, que abrange o período entre 1824 e 1945.

Bouças foi muito mais do que o secretário técnico dessa Comissão. Ele teve um papel fundamental nas negociações da dívida externa brasileira, nas relações com o exterior – foi membro da delegação brasileira da Conferência Econômica e Monetária em Londres

² A série Finanças do Brasil consta de 21 volumes editados SOB A COORDENAÇÃO DE VALENTIM BOUÇAS entre 1932 e 1957 e disponíveis no sitio do Projeto Memória Estatística do Brasil – www.memoria.org.br

(1933); membro da Missão Souza Costa, para acordos comerciais com os Estados Unidos (1942) além de participar em outras missões e conselhos internacionais. Atuou também em outros debates fundamentais da nação como o do incentivo à industrialização e da política cafeeira. Valentim Bouças ocupou ao longo de sua vida profissional outras funções importantes como a de representante da International Business Machines Corporation (IBM) nos anos 1917-1944 e a de fundador e diretor da revista *O Observador Econômico e Financeiro*.

O objetivo dessa monografia será o de investigar o papel de Valentim Bouças no processo de elaboração e implementação das políticas econômicas durante a Era Vargas (1930-1945), dada a importância da publicação da série *Finanças do Brasil* sob sua coordenação e a sua ajuda ao direcionar as políticas econômicas do país na época.

Para melhor conhecer essa figura e sua importância na história brasileira, uma breve biografia de sua vida será o ponto de partida do nosso estudo. Em seguida abordaremos aspectos importantes da política econômica da Era Vargas com base em volumes específicos de *Finanças do Brasil*, destacando quatro momentos:

1. O Governo Provisório e a reação à Grande Depressão (1930-1933)
2. O Governo Constitucional (1934-1937) e os novos rumos da política cafeeira
3. O Estado Novo (1937-1945) – indústria e relações exteriores
4. A recuperação econômica durante a Segunda Guerra

Embora não seja objeto de estudo o período pós-1945, concluiremos com uma seção que comenta a continuada participação de Bouças no governo Dutra e no segundo Governo Vargas e sua atuação como editor de uma das primeiras revistas econômicas brasileiras, *O Observador Econômico e Financeiro*, publicada a partir de 1936.

Capítulo 1 - Valentim Bouças, o Início

Valentim Fernandes Bouças nasceu na cidade paulista de Santos, em 1891 e já em 1905 conseguiu seu primeiro emprego como *office boy* na Companhia Docas de Santos, onde seu pai também trabalhara. Sua facilidade com números levou ao seu segundo emprego, de contador. Em 1913 passou a ser vendedor da Nacional Cash Register Co., marcando seu primeiro contato com as companhias internacionais, relação que seria muito importante e permaneceria ao longo de toda sua vida. Em 1917, tornou-se o representante da IBM (International Business Machines Corporation) no Brasil, empresa já consagrada nos Estados Unidos e que chegava ao Brasil naquele ano, ainda denominada Computing Tabulating Recording Co. – CTR.³

A CTR iniciou sua atuação no Brasil assinando contrato com a Diretoria de Estatística Comercial Brasileira para a realização do Censo Demográfico de 1920.⁴

³ A história da IBM começa com a invenção de máquinas elétricas que perfurariam fitas de papel permitindo a soma e contagem de dados. Essas máquinas foram idealizadas pelo engenheiro e estatístico norte-americano Herman Hollerith para atender a demanda do censo de 1890 nos Estados Unidos. Hollerith aperfeiçoou sua invenção substituindo as fitas por cartões perfurados e criou a Tabulating Machine Company, depois denominada Computing Tabulating Recording Co. – CTR quando em 1911 se associou a duas outras empresas norte-americanas, International Time Recording Co., de registradores mecânicos de tempo, e a Computing Scale Co. de instrumentos de aferição de peso. O nome IBM International Business Machines viria em 1924.

⁴ Os serviços da Hollerith ou CRT – futuramente a IBM – foram contratados para contabilizar o recenseamento da população brasileira em 1920. De fato, a empresa possuía as máquinas mais modernas que permitiam o aceleração do colhimento e da organização dos dados no censo, pois elas automatizavam a contagem. Essa contratação mostra um pouco da importância da empresa no país. Sem estas máquinas possivelmente o censo seria mais delongado e menos eficiente. O censo de 1920, além de mais rigoroso, constitui o primeiro Censo Econômico do país e destaca-se por seu caráter organizacional e abrangente que seria praticamente reproduzido futuramente no governo Vargas. O decreto n. 4017 de 9 de janeiro de 1920 “autoriza o Governo a mandar proceder, no dia 1 de Setembro de 1920, ao recenseamento geral da população do Brasil”. Dentre outras providências, ressaltam as de caráter organizacional, inéditas até então no país: i) “Os dois censos, demográfico e econômico, se realizarão segundo os planos organizados pela Diretoria Geral de Estatística”; ii) “Haverá em cada Estado (...) um delegado geral e os delegados seccionaes que forem necessários, nomeados todos pelo Ministro da Agricultura”; e iii) “para executar inspecionar e dirigir os trabalhos do censo, serão organizadas (...) comissões de 10 a 20 membros”.

Em 1922 Bulhões Carvalho assina o prefácio do primeiro volume do Censo de 1920, com o seguinte elogio:

“O recenseamento realizado em 1o de setembro de 1920 foi um grande serviço prestado ao país. São os algarismos censitários que hão de servir de alicerces à reconstrução política, econômica e financeira do Brasil. [...] A glória do difícil empreendimento, que a Diretoria de Estatística levou a efeito no Brasil, cabe incontestavelmente ao Dr. Epitácio Pessoa, sem cujo concurso, leal, inteligente e patriótico, não lograria ela o êxito que obteve. O ilustre Presidente da República não se limitou a acompanhar com interesse os trabalhos do censo. O seu benéfico auxílio se revelou sempre da maneira mais evidente, fortalecendo a autoridade dos funcionários a quem estava confiado tão árduo encargo, amparando-os contra a ação perturbadora de influências estranhas e assegurando-lhes inteira autonomia na adoção das medidas necessárias.” (Carvalho, 1929).

As máquinas Hollerith foram apresentadas ao público na Exposição do Centenário da Independência em 1922, e a CRT passou a ser denominada Serviços Hollerith, estendendo a partir de 1923 seus contratos na esfera pública e privada, executando trabalhos junto ao Tesouro Nacional, Alfândega, Banco do Brasil, Instituto Brasileiro do Café e companhias como a Light & Power Co., o Loide Brasileiro e a companhia Paulista de Estrada de Ferro.

“O prestígio dos serviços Hollerith cresceu ao longo da década de 1920, ficando seu sucesso registrado em distintas publicações e jornais da época. O “Jornal do Commercio”, de 18 de outubro, de 1924, fez um elogioso histórico da empresa. Artigos de igual teor foram publicados no “Correio do Povo” de Porto Alegre, de 2 de novembro de 1924, e no jornal da Capital Federal, “A Noite”, de 30 de dezembro de 1924.[...]. “. (Espina, 1996, p.340-341). “Em 31 de dezembro de 1924 a empresa era autorizada por decreto n. 16.757, do presidente Arthur Bernardes a atuar no Brasil sob o nome de International Business Machine Co. of Delaware. Essa data marca o fim da representação e o início das operações da empresa como uma subsidiária da IBM. Valentim Bouças permaneceu no comando da empresa até 1949 como Gerente Geral da IBM Brasil por determinação da matriz” (Espina, 1998, p.46).

Ao longo dos anos, a empresa de Bouças foi adquirindo mais prestígio e contratos com o governo. Em mensagem ao congresso em 3 de maio de 1824, o presidente Arthur Bernardes dizia que “as máquinas Hollerith tem prestado serviços relevantes à administração da Fazenda pela rápida verificação das contas, Os balanços mensaes e annuaes estavam com atraso de alguns anos. Com as máquinas, estão todos em dia. Esse serviço está sendo executado em todas as alfândegas.” (Espina, 1998, p.47)

No entanto, quando Vargas assumiu o Governo Provisório da República, após a Revolução de 1930, os Serviços Hollerith foram questionados, pois haviam servido o governo deposto. Com isso, já em dezembro de 1930, o então Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha deu um prazo de 48 horas para que todas as máquinas de Bouças fossem retiradas do governo e os contratos rescindidos. Sempre um bom negociador, Bouças procurou Aranha e convenceu-o a continuar provendo seus serviços, sem pagamento, mas com “a promessa da abertura de um crédito especial se ficasse demonstrada a importância dos trabalhos realizados pela empresa” (Dias, 2010, p.1). Sua grande facilidade com números, sua competência nos negócios e o bom relacionamento com o exterior fez com que Bouças se tornasse um dos mais influentes –embora discreto – personagens do governo Vargas.

Capítulo 2 - O Governo Provisório e o Primeiro Volume de Finanças do Brasil

A revolução de 1930 foi um dos eventos mais importantes da história recente do Brasil. Ela foi a resposta ou a saída para a crise que se configurou ao longo da década de vinte entre as oligarquias regionais, as classes médias urbanas e os militares. Automeando-se líder de uma revolução, Vargas tomou posse no dia 3 de novembro. A Era Vargas, que então se inaugurou, pode ser dividida em três períodos: o governo provisório (1930-1934), o constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945), - Vargas voltaria para um último mandato como presidente em 1950 interrompido com sua morte em 1954. Uma das características primordiais desse período foi a centralização do poder e a visão do Brasil como uma união que respondia a um único homem. Mesmo que essa característica possa ter trazido opressão para diversos segmentos políticos, uma coisa é certa: as finanças do Brasil se tornaram organizadas, unificadas e sistematizadas de uma forma jamais vista desde o fim do Império.⁵

O Governo Provisório assume o poder em um cenário de incerteza na economia mundial. A crise iniciada em 1929 provocou um colapso nos mercados internacionais afetando o Brasil de maneira significativa: a perda de mercado externo para os bens agrícolas provocou uma brutal queda nos preços das exportações, situação agravada por uma interrupção no influxo de capitais estrangeiros. Como consequência, o câmbio se deteriorou e as reservas se esvaziaram rapidamente.⁶

Em janeiro de 1931, Valentim Bouças publicou no *Jornal do Comércio* um artigo sobre a dívida externa brasileira. A ligação de Bouças e sua empresa com os governos da Primeira República impediram de início sua participação no Governo Vargas, mas a repercussão de seu artigo chamou a atenção de Osvaldo Aranha, então ministro da

⁵ É importante mencionar que o professor e pesquisador da Universidade da Califórnia (UCLA), Wilson R. Summerhill publicou diversos trabalhos sobre as finanças do Brasil durante o Império. Para mais informações ver: SUMMERHILL W.R., **Market intervention in a backward economy: Railway subsidy in Brazil, 1854-1913**, *Economic History Review*, 53 (3), agosto, 1998.

Gustavo Franco também analisa as finanças do Brasil no Império no seguinte texto: FRANCO, Gustavo H.B. **O Balanço de Pagamentos do Brasil (1870-1896): Novas Estimativas** Texto para Discussão, Departamento de Economia Puc-Rio, 1988.

⁶ “As reservas, que somavam 21 milhões de libras em setembro de 1929, foram para 14 milhões em agosto de 1930 e haviam desaparecido em 1931. Em 1931-32 as importações decresceram em cerca de 60% entre 1928 e 1932, enquanto as exportações declinaram 16%.[...] os preços de intercambio sofreram uma deterioração de cerca de e 30% e a capacidade de importar de 40%” (Abreu, 1990,p.74)

Justiça, que o convidou a estudar a proposta do ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, para o terceiro *funding loan* junto aos banqueiros ingleses⁷

E assim Bouças também obteve um decreto especial “para atender às despesas com os contratos dos Serviços Hollerith. Daí em diante, o prestígio de Bouças cresceu, possibilitando sua incorporação aos meios econômico-financeiros oficiais, concretizado ainda em 1931, quando passou a coordenar a dívida externa brasileira.” (Dias, 2010, p.2)

Segundo Paiva Abreu, “um dos maiores problemas que as autoridades econômicas tiveram que enfrentar no Brasil durante os anos 30 e início dos 40, foi decidir a maneira de tratar a questão da dívida externa” (Abreu, 1975, p. 37). .

Assim após uma breve tentativa de implementar políticas cambiais liberais, em 1931 o governo procurou enfrentar a crise optando pelo controle cambial.⁸ O Banco do Brasil teria novamente o monopólio do câmbio (ainda não havia um Banco Central) e até 1934 a intervenção no mercado de divisas significou prioridade para as compras oficiais, pagamentos de dívida pública e importações oficiais.⁹

2.1 A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos

Para enfrentar a questão da dívida externa, dada a escassez de capital externo e de divisas para pagar os serviços da dívida, o passo inicial era ter exata noção de como

⁷ Os *funding loans* eram grandes empréstimos de consolidação com os credores ingleses, realizados mais precisamente em três momentos: 1989, 1914, 1931. Para mais informações: Abreu, Marcelo de Paiva. Os ⁷ (cont) Funding Loans Brasileiros 1898-1931. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <www.ppe.ipea.gov.br.>. Acesso em: 18/06/2011.

⁸ Na conferencia de 1940, Oswaldo Aranha relembra que: “até setembro de 1931, o governo Federal prosseguiu normalmente, embora a custa de grandes sacrifícios para o mercado cambial, no serviço integral de sua dívida externa. Daí por diante, tivemos porem, de solicitar um acordo com os credores, não por dificuldades orçamentárias do governo federal mas pela absoluta impossibilidade de obter no mercado as cambiais em moeda estrangeira suficientes para a remessa do serviço”. NHA, Oswaldo. **Discurso pronunciado na Associação Commercial do Rio de Janeiro, no dia 4 de julho de 1934** .- Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1934. 62 p

⁹ Para mais detalhes, ver ABREU, Marcelo de Paiva., **Texto para discussão No. 585 A Economia Brasileira 1930-1964**, Departamento de Economia – Puc-Rio.

estavam as contas públicas; e o trabalho da Comissão criada em novembro de 1931 e coordenada por Bouças foi essencial. No documento, ele afirma que “das últimas 23 operações realizadas” em serviço da dívida, “existia nos arquivos o teor de 4 contratos, verificando-se, além disso, que os valores das remessas eram ignorados” (Bouças, 1942, p.1). Ou seja, até então quase nada havia sido documentado da forma correta e as finanças estavam em verdadeira desordem. Segundo o próprio Bouças a dívida externa “durante um largo espaço de tempo uma incógnita que chegou a assumir aspecto de lenda” (Bouças, 1942, p. 1).

A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios era subordinada ao ministro Aranha, tinha como presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, e como secretário geral Valentim Bouças. O primeiro volume de *Finanças do Brasil* publicado em abril de 1932 inicia reproduzindo um trecho do discurso de Vargas no Teatro Municipal em outubro de 1931. “Estamos sinceramente empenhados na organização econômico-financeira de todo o país [...]. A união tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes [...]. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados” (Bouças, 1931, p.1).

A Comissão dividiu-se em dois grupos: um responsável por obter os relatórios das condições financeiras dos estados e municípios e outro com a tarefa de conseguir todos os dados e documentos referentes às dívidas dos meses. Bouças, responsável por compilar tudo e escrever a introdução e conclusão de todas as séries, aponta que o trabalho foi árduo, mas era necessário, pois o que se via até então era a desorganização contábil do país, resumida em três palavras: “desordem, desperdício e irresponsabilidade” (Bouças, 1931, p.2).

A neutralidade no levantamento e organização dos dados foi um dos pontos cruciais enfatizado pelo secretário-geral na introdução desse volume: “A técnica não conhece os partidos; não conhece a política e muito menos os políticos. Conhece apenas os algarismos na rigidez de sua expressão” (Bouças, 1931, p.3). Essa afirmação era primordial, dado que o país estava acostumado com o monopólio político de basicamente dois estados durante a República Velha. Bouças precisava frisar isso com o objetivo de ressaltar que não havia apoio político algum; os números não eram

manipulados para favorecer certos estados.¹⁰ Vale mencionar, porém, que tal afirmação é um pouco duvidosa. O objetivo dela era clara: mostrar que os números eram limpos e sem influências. No entanto, de fato a série não apoiava nenhum partido, mas apoiava sempre a todo e qualquer custo, Getúlio Vargas. Nada seria ali escrito sem a aprovação dele.

O método adotado pela comissão pode ser resumido em três passos: (i) criação de quadros econômicos e financeiros dos vinte estados no período de 1930-1932, (ii) nesses quadros, a inclusão da receita e da despesa de cada um dos estados nos três anos, (iii) comparação entre cada um dos números de cada ano para entender porque houve variação significativa da receita e/ou despesa. “Parece-nos útil assinalar que, em quarenta e um anos de nossa vida republicana, quadros e confrontos dessa natureza são assim, pela primeira vez, verdadeiramente sistematizados” (Bouças, 1931, p.4).

2.2 Análise das dívidas Estaduais e Municipais

Destaca-se no primeiro volume que os estados com os maiores déficits eram: São Paulo com 1.161.240 contos, Rio de Janeiro com 250.121 contos e Minas Gerais com 124.245 contos (Bouças, 1931, p.3). Os estados com menores déficits eram: Amazonas com 1.199 contos, Goiás com 1.395 contos e Alagoas com 3.927 contos (Ibid, p. 4). Podemos ver claramente a grande discrepância entre os números no topo e no final da lista. No entanto, é natural que os estados mais populosos e com mais atividade política sejam os mais endividados – isso já era sabido pela comissão. O fato relevante é que o número concreto jamais havia sido exposto, e com ele, seria mais fácil saber se cada estado tinha os recursos para sanar a dívida, sempre evitando que se contraíssem mais empréstimos do exterior.

Bouças admite que a dívida externa do país era o assunto mais importante e que deveria ser tratado com mais veemência “dada a instabilidade do valor da nossa moeda” (Bouças, 1931, p.6). Abaixo, vemos o estado da dívida externa e do serviço da dívida no

¹⁰ Ver as observações de Bouças sobre as estatísticas no império em: CARVALHO, José Luiz de Bulhões. A estatística no Brasil. In: **Anuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações, 1929.

período de 1929-1945 do país como um todo- na época uma soma dos débitos de 15 estados.

*Dívida externa nominal em circulação, em milhões de libras esterlinas, 1929-45 **

Anos	Empréstimos em Libras	Empréstimos em Dólares	Empréstimos em Francos	Empréstimos em Florins	Total
1929	153,2	70,9	12,4	1,0	237,5
1930	163,0	76,6	12,4	0,9	252,9
1931	156,7	107,6	17,6	1,1	283,0
1932	154,8	109,5	18,0	1,0	283,3
1933	161,2	73,9	19,7	1,0	255,8
1934	162,2	76,1	22,8	1,1	262,4
1935	160,4	75,2	22,5	1,2	259,3
1936	157,9	74,5	16,0	0,9	249,3
1937	156,4	71,4	11,4	0,9	240,1
1938	156,3	76,4	9,4	1,0	243,1
1939	156,3	90,7	9,5	1,1	257,6
1940	152,7	82,5	3,5	0,6	239,3
1941	150,8	78,9	3,5	0,6	233,8
1942	146,7	75,5	3,5	0,6	226,3
1943	145,0	71,4	3,5	0,6	220,5
1944	119,5	59,5	3,5	0,6	183,1
1945	110,9	54,3	3,5	0,6	169,3

*Serviço da dívida externa pública, em milhões de libras esterlinas, 1929-45 **

Anos	Empréstimos em Libras	Empréstimos em Dólares	Empréstimos em Francos	Empréstimos em Florins	Total
1929	10,5	6,4	0,1	0,2	17,3
1930	12,0	7,0	0,5	0,2	19,7
1931	10,4	9,0	0,7	0,3	20,4
1932	4,7	1,9	—	0,1	6,8
1933	4,7	1,1	0,4	—	6,2
1934	3,8	1,6	1,5	—	7,1
1935	4,6	2,4	0,4	—	7,5
1936	5,0	2,7	0,3	—	7,9
1937	5,3	3,0	0,2	—	8,5
1938	—	—	—	—	—
1939	—	—	—	—	—
1940	2,0	1,4	—	—	3,4
1941	2,4	1,6	—	—	4,1
1942	2,5	1,5	—	—	4,0
1943	2,4	1,5	—	—	3,9
1944	11,2	7,6	—	—	18,8
1945	6,5	4,3	—	—	10,8

Fonte: ABREU, Marcelo de Paiva., 'A dívida pública externa do Brasil, 1931-1943', Pesquisa e Planejamento Econômico, 5 (1), 1975. Pág. 40 e 41

Baseado na figura acima, referente à dívida externa nominal em circulação de 1929-1945, fica clara a predominância de empréstimos ingleses até o fim de 1930. De fato, 64,5% do total da dívida externa brasileira eram provenientes da Grã-Bretanha, enquanto que 30,3% eram de origem americana (Abreu, 1975, p. 39). Além disso, a dívida está justamente em seu pico nos anos de 1931 e 1932. Em contrapartida, podemos notar na tabela do serviço da dívida no mesmo período, que a organização das finanças do Brasil refletiu em uma resposta mais imponente por parte do governo, de forma que o serviço da dívida externa pública também foi o maior se consideramos o período de 1929-1931. No entanto, vale mencionar que esse estímulo não foi suficiente, de forma que, como visto a seguir, já em 1933-1934 o país teve que renegociar acordos

cambiais para a “transferência de débitos comerciais e remessas de lucros com os Estados Unidos, Inglaterra e França, que somavam ao todo 11,8 milhões de libras” (Abreu, 1975, p. 49).

Para que se pudesse entender a posição consolidada das contas do Brasil na época, possibilitando a produção de tabelas como estas, foi necessário o uso de uma taxa arbitrária para a conversão, que foi de “6 d. ouro” - Bouças afirma que a taxa era muito mais elevada que a cotação efetiva da época (Bouças, 1931, p.6). Com a conversão feita, a dívida dos Estados em 1931 era de 2.861.467 contos com encargos anuais de 304.021 contos. As rendas dos estados endividados estimada para 1932 eram de 1.141.240 contos. Contrastando com a dívida externa total explicitada acima, a receita é quase três vezes menor que a dívida – mostrando a impossibilidade de pagamento e a gravidade da situação já naquela época. Mais adiante, segundo Bouças, “o serviço anual da dívida” exigia 26,6% da receita total de cada estado (Ibid, p.6). Vale notar que apenas cinco estados não tinham dívida externa: Piauí, Paraíba, Sergipe, Goiás e Mato Grosso. Finalmente, fica evidente que desde 1931 a dívida externa já era um problema claro e recorrente do Brasil.

É importante ressaltar que o aumento do número de estados endividados foi expressivo em pouco tempo. Em 1904, mesmo que com uma situação já alarmante, apenas cinco estados tinham empréstimos externos. Esse número mais do que triplica até o ano de 1931. O crucial é observar a maneira com que os empréstimos foram contraídos desde o primeiro momento: de forma insustentável. Como visto abaixo, em quatro dos cinco estados a porcentagem da dívida em relação à receita passava de 100%. Logo, era óbvio que o pagamento dos encargos seria praticamente impossível. Tal comportamento perdurou durante os anos, levando a somas absurdas em pouco tempo.

ESTADOS	DÍVIDA EXTERNA		RECEITA Em contos	% da dívida em relação à Receita
	Em £	Em contos		
Amazonas.....	631.950	12.639	14.430	87,5 %
Pará.....	2.150.000	43.000	13.288	323,7 %
Baía.....	1.102.150	22.043	12.270	179,7 %
S. Paulo.....	1.826.300	36.526	34.893	104,7 %
Minas Geraes.....	2.413.000	48.260	16.819	286,9 %
Total.....	8.123.400	162.468	91.707	177,1 %

Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1932) **Finanças dos Estados do Brasil**: relatório apresentado pelo Secretario da Comissão Valetim F. Bouças em sessão de 6 de abril de 1932. Rio de Janeiro: Of. Gr. S. A. A Noite, v.1, 1932. 207 p. 12

2.3 Análise do Cenário Internacional

Mesmo não sendo o maior credor do Brasil na época, Bouças considera que os Estados Unidos prejudicaram todos os países da América do Sul com suas operações de empréstimos pelos “ônus que essas transações acarretaram aos orçamentos de seus países ou Estados” (Bouças, 1931, p. 7) No entanto, os subscritores desses empréstimos, os americanos, também foram prejudicados pois “viram seus títulos depreciados pela impontualidade ou suspensão dos pagamentos” (Ibid, 1931, p.7). O maior problema era que as condições dos empréstimos na época eram muito onerosas, não só com taxas de juros altas, mas também com certas clausulas contratuais que beneficiavam exclusivamente e demasiadamente o credor.

Entre janeiro e junho de 1933 Bouças participou das negociações da dívida com o governo norte americano. Um dos eventos mais memoráveis da época foi a Conferência Mundial Monetária Econômica sediada em Londres naquele mesmo ano. Representantes de 66 países se reuniram para buscar uma solução para a crise do período, que tinha acarretado em um alto índice de desemprego e uma queda no comércio mundial. Bouças participou da delegação brasileira, mas os Estados Unidos e a Europa não conseguiram acordar em como a crise seria solucionada. Desta forma, a conferência se encerrou sem soluções, fazendo com que a situação se perdurasse por mais tempo. De qualquer forma, a conferência foi essencial para a figura de Bouças, pois fez com que ele estreitasse ainda mais suas relações com os EUA. Como consequência, Bouças foi escolhido para representar o Banco do Brasil na negociação

de um acordo comercial e financeiro “celebrado com o Conselho Nacional de Comércio Exterior dos EUA” no final de 1933 (Dias, 2010, p.2).

2.4 A Política do Café e outras Observações

Um ponto levantado já no primeiro volume da série que gerou alvoroço na época foi a questão da corrupção. Bouças afirma que após o estudo da Comissão, houve um “estado que fez dois empréstimos de vulto, no espaço de 10 anos, para certa obra pública” que nunca foi realizada, “embora fosse a mesma orçada em importância inferior ao empréstimo” (Bouças, 1931, p.8). De forma sutil, o autor sugere que já naquela época havia corrupção nas contas públicas.

Mesmo que fora abordado de forma superficial, a corrupção já era uma preocupação de Vargas desde o início de seu governo. Logo, já em 1930, o Governo Provisório estabeleceu o “decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930” e completou-o com o Código dos Interventores (Bouças, 1931, p.11). Bouças faz menção a essa lei logo após a afirmação das “dívidas flutuantes” – sinalizando então que o código era sim uma resposta do governo central aos possíveis corruptos dos governos estaduais e municipais (Ibid, p. 11). A lei estabeleceu que o governo federal tinha o poder de nomear “interventores de sua confiança para cada Estado” e esses poderiam então nomear os prefeitos dos respectivos municípios (Ibid, p.11). Sem dúvida, a lei centralizou o poder de forma absurda, mas como justificativa, Bouças afirma que essa seria uma maneira de evitar o desvio de recursos. No entanto, o governo central ganhou total espaço e autonomia para fazer tudo – incluindo a corrupção. De fato, essa denuncia foi preponderante por parte da oposição nos períodos de crise do governo Vargas.

O Código dos Interventores complementou a lei focando-a especificadamente nas contas públicas. Segundo o código: (i) as despesas autorizadas não poderiam exceder a receita de cada exercício; (ii) a receita orçada não poderia ser superior à obtida no exercício anterior; e (iii) os estados e municípios não poderiam contrair empréstimos externos. A última, definitivamente a mais importante, levou Bouças a concluir no primeiro volume de *Finanças do Brasil* que iríamos ter “pela primeira vez em toda nossa história de nossa vida econômico-financeira, o equilíbrio orçamentário não só na

União, como em todos os Estados e Municípios” (Ibid, p.12). Tal afirmação pode ser sido demasiadamente otimista. Mas, se há uma coisa que ele se empenhou durante sua vida foi o controle de nossas finanças, e isso será visto em todos os volumes de *Finanças do Brasil*.

Bouças conclui a introdução do primeiro volume da série dizendo que “as dívidas dos Estados e Municípios são sobretudo alarmantes, em consequência da desvalorização do meio circulante, da política de baixa cambial que a União adotava para sua salvação, que produzia não só sua ruína, como da própria lavoura de café, que, com ela, mais pretendia beneficiar se” (Bouças, 1931, p.23). Valentim Bouças menciona, já no final, justamente a política de valorização do café, que machucou fortemente as contas públicas durante a República Velha levando a dívidas imensas. Ele não tinha medo da elite cafeeira, e fez de tudo para que a política fosse revertida.

A política econômica intervencionista não se restringiu ao mercado cambial, o setor cafeeiro, já em 1931, também passa a ser controlado por órgão federal. Quando Vargas assume o poder, a situação do café era dramática: os estoques se avolumavam, a previsão era de novas safras com volumes elevados e a demanda externa despencava.¹¹ O Instituto Nacional do Café do Estado de São Paulo perdeu o controle da política cafeeira, inicialmente com a criação do Conselho Nacional do Café (CNC),- ainda com a influência dos estados produtores e criado em maio de 1931 – e definitivamente em fevereiro de 1933 quando o CNC foi extinto, surgindo em seu lugar o Departamento Nacional do Café (DNC) com diretores nomeados diretamente pelo ministro da Fazenda. O governo federal optou por uma política de compra dos estoques excedentes que seria financiada por impostos sobre a exportação e créditos do Banco do Brasil e logo iniciaria a queima de parte desses estoques. A política cafeeira seria abordada com

¹¹ A demanda agregada do café havia sido sustentada anteriormente por políticas expansionistas de gastos, especialmente a queima de café. Mais especificamente, nesse período, a destruição respondia por 40% do total, a retenção por 30% e apenas 30% eram negociados. No ano de 1931/1932m 10% da safra era destruída, esse número passou para 40% em 1937 e 1938. Ao todo, mais de 70 milhões de sacas foram destruídas entre 1931 e 1943.

destaque no volume III da série Finanças do Brasil, publicado em 1935, como veremos adiante.

Capítulo 3 - O Governo Constitucional e o terceiro volume de Finanças do Brasil

O Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), descrito por Paiva Abreu de “Boom Econômico e Interregno Democrático” (Abreu, 1990, p. 82), é marcado por melhorais no cenário econômico internacional que beneficiaram a economia doméstica.¹²

O período é conhecido também pelo seu caráter democrático. O esforço de Vargas de controlar os Estados de forma centralizada acabou fazendo com que novos conflitos internos surgissem, crescendo a tensão sobretudo entre antigos setores oligárquicos e a liderança tenentista. A Revolução Paulista de 1932, embora derrotada, deixara claro o clamor sobretudo da classe média pela volta da constitucionalização do país. Vargas teve como alternativa convocar uma Assembleia Nacional Constituinte em 1933 e em de julho de 1934 foi promulgada a nova Carta, inspirada na constituição da República de Weimar, e a Assembleia elegeu Vargas presidente do Brasil pelos próximos quatro anos, prevendo eleições diretas a partir de 1938.

No cenário econômico internacional, a economia dava sinais de recuperação, mas a Grande Depressão acarretou mudanças fundamentais em economia centrais e parceiras comerciais do Brasil. Destacamos três dessas mudanças: na economia alemã, o regime nazista, no poder a partir de 1933, adotou política de acordos de comércio bilaterais com países chamados periféricos, incluindo o Brasil; a Grã-Bretanha que abandonara o padrão-ouro em 1931 e tornava-se cada vez mais protecionista e os Estados Unidos que substituíram seu tradicional protecionismo por uma defesa do multilateralismo comercial.

¹² O crescimento industrial de 1933-1936 foi de 14,1%, aumentando o PIB significativamente após da crise mundial que ocorreu durante o Governo Provisório. As indústrias que mais se destacaram no período foram: têxtil, cimento e aço – mostrando que Vargas estava cada vez mais empenhado em desenvolver as indústrias de base. A indústria e a agricultura cresceram, respectivamente, 11% e 2% ao ano durante o Governo Constitucional.

A partir de 1934 foi crescente a pressão americana exercida sobre o Brasil para a liberalização de um regime cambial especial e concessão de outras regalias para os Estados Unidos. Essa pressão podia ser exercida por duas razões primordiais: i) o peso do café nas exportações brasileiras, que tinha no mercado norte-americano seu principal comprador e ii) a carência de recursos nacionais que faz com que a cooperação com os EUA se tornasse indispensável para o desenvolvimento do país. Bouças, com sua excelente relação com os americanos como já mencionado, foi uma pessoa chave do período. Assim como Oswaldo Aranha, que em 1934 deixou de ser ministro da Fazenda para liderar a embaixada brasileira em Washington, Bouças também era a favor de uma “política brasileira pró Estados Unidos” (Dias, 2012, p.2).

Tanto Bouças quanto Aranha eram conhecidos pelo apoio incontestável à associação do país com o capital estrangeiro. No extremo oposto estavam os nacionalistas, contrários a qualquer concessão ao capital externo. O parágrafo 4º do artigo 119 da Constituição de 1934 incluía aspectos nacionalistas na economia, incluindo a “nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas de água ou outras fontes de energia hidráulica julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica e militar do país”. Entretanto o Brasil estava em um estágio no qual o crescimento dependia do exterior devido à demanda por exportações e a obtenção recursos para desenvolver o país. Na época, o país já tinha se endividado demasiadamente, logo, qualquer política nacionalista poderia ter consequências severas se respondidas por meio de embargo às exportações brasileiras ou interrupção nos recursos providos. Desta forma, a vertente de Bouças e de Aranha parecia ser a apropriada para a época, pois era a única forma do governo agir diante da conjuntura em questão.

Os acordos referentes à dívida externa expiraram também no ano de 1934, de forma que foram realizadas novas negociações. O serviço foi então retomado no ano de 1934, “através do chamado esquema Aranha”¹³. O plano proposto foi a “divisão de todos os

¹³ Para mais informações ver: ABREU, Marcelo de Paiva., **Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador?**, Departamento de Economia PUC- Rio.

empréstimos em sete categorias, de acordo com sua importância; quanto mais baixa a categoria, mais reduzidos os pagamentos” (Abreu, 1975, p. 50). No entanto, com Aranha e Bouças inclinados a beneficiarem os Estados Unidos, e por outro lado os ingleses buscando também alguma vantagem na negociação, a discussão entre os credores acabou sendo mais importante do que a questão de capacidade de pagamento do Brasil.

Em 1935, foi feito um acordo comercial com os EUA em que foram concedidas reduções tarifárias para produtos americanos com a certeza de que os americanos iriam manter as principais exportações brasileiras “livre de tributos” (Abreu, 1990, p. 84). Valentim demonstrou durante a negociação do acordo sua capacidade e facilidade de lidar com o comércio externo. Nesse mesmo ano, ele começou a “fazer parte de um círculo de representantes da área econômica, industrial e comercial ligado a Vargas, de quem se tornou orientador financeira pessoal” (Dias, 2010, p. 2).

Mesmo que Bouças e Aranha estivessem fortemente apoiando os Estados Unidos, o período também foi marcado por uma aproximação do Brasil com a Alemanha. Foram estabelecidos acordos bilaterais de comércio no ano de 1936, em que os alemães absorviam os produtos que não eram exportados aos EUA e o Brasil importava, dentre outros produtos, o material bélico. “Houve uma forte substituição da participação Britânica pela Alemã”, que de 1929-1938 aumentou sua penetração em 13 pontos percentuais (Abreu, 1990, p. 90). Bouças e Aranha eram avessos à essa relação, pois temiam que isso poderia acarretar em uma resposta perigosa por parte dos americanos, como embargos comerciais. Mas, com o acordo feito isso não ocorreu. Os Estados Unidos, por sua vez, toleraram essa relação naquele momento, pois precisavam do Brasil na América Latina, uma vez que a Argentina era indócil perante os americanos.

Com uma maior influência e participação no governo, Bouças publicou o Terceiro Volume de Finanças do Brasil, apelidado pelos seus inimigos de “relatório Bouças” (Dias, 2010, p.4). Nele, o estudioso afirma que a política de valorização do café concedida a São Paulo em 1931 por Vargas foi o principal responsável pela crescente dívida externa e pela falta de pagamentos da mesma no Estado. Em suas próprias

palavras, foi “o custo formidável de uma das mais criminosas aventuras que poderia ter lançado um país” (Ibid, p.3). Bouças advoga que os agricultores e o povo brasileiro não tinham se beneficiado da política, os favorecidos foram “apenas um punhado de banqueiros” e os “intermediários de negócios plantadores de café dos outros países” (Ibid, p. 3). Evidentemente, tal posição extremista fez com que Bouças adquirisse diversos inimigos poderosos – praticamente todos os cafeicultores paulistas. Esse relatório prova mais uma vez que Bouças era um visionário, pois hoje, todos sabem que essa política era de fato irracional, gerando mais dívida para o país sem qualquer contrapartida lucrativa.

Seguindo o conselho de seu novo orientador financeiro pessoal, Vargas começa a mudar o foco da economia: do café para as indústrias de base. Mesmo que a política de valorização não houvesse cessado abruptamente, ela foi diminuindo ao longo dos anos. No entanto, o café era o principal gerador de divisas de ouro que eram necessárias para a importação de insumos e equipamentos para o desenvolvimento da indústria. Para que o país conseguisse então crescer sem o café, o Estado usou três armas: (i) regulamentação dos setores produtivos; (ii) mudança no foco da agricultura, agora ela teria apenas o papel de sustentar a acumulação de capital; e (iii) estabelecimento do Estado como investidor da indústria. O ponto inicial da mudança de paradigma foi o apoio estatal na construção de 25 destilarias de óleo diesel entre 1935 e 1937. A crítica clara em relação ao café serve de ponto de partida para a mudança de foco explicitada acima, e é vista claramente no Terceiro Volume de Finanças do Brasil, publicado em 1935.

3.1 O Café e as ‘Finanças do Brasil’ – Volume III (Janeiro de 1935)

Já no início da introdução do volume III da série Finanças do Brasil, Bouças afirma que “deveria ser considerado um delito (...) a consecução de obras ou planos de valorização, sem prévio e cauteloso exame”- claramente uma referência à sua posição oposta à política de valorização do café (Bouças, 1935, p. IX). Ele vai adiante afirmando que tais políticas não são justas, uma vez que oneram a coletividade e beneficiam poucos. Após essas sinuosidades, Bouças finalmente faz uma afirmação objetiva: “Quando nos colocamos diante dos algarismos, que encerram todo o histórico da valorização do café,

temos a nítida impressão de que se perpetuou um crime contra as finanças do País” (Ibid, IX). Ele segue por atacar os cafeicultores que defendem a política, afirmando que eles possuem uma “fértil imaginação meridional”, mas que na verdade, tudo se trata de uma “obra de demolição” (Ibid, IX).

Diversos exemplos de tal política absurda são mencionados, como por exemplo, um empréstimo denominado “Instituto de Café, 1926” da ordem de 8.500.000 libras esterlinas. Os juros são tão altos, que em 1933, o montante passa a ser de 8.920.300 libras esterlinas. Esse é apenas um dos casos mencionados no volume que mostra quão onerosos são os empréstimos do café. Abaixo vemos uma tabela da posição em 31 de dezembro de 1933 que mostra claramente isso:

Para a parte £:	
Capital emitido.....	£ 12.808.000
Capital resgatado.....	£ 3.444.900
Circulação.....	£ 9.363.100
Para a parte \$:	
Capital emitido.....	\$ 35.000.000,00
Capital resgatado.....	\$ 9.413.500,00
Circulação.....	\$ 25.586.500,00

Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1934) Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2, 1935. p.XII

Ou seja, o país ainda devia 9.363.100 de libras esterlinas e 25.586.500 de dólares – montante exuberante dado que já haviam sido pagos 8.109.079 de libras esterlinas e 18.795.050 de dólares. Bouças afirma que se o povo conseguisse enxergar todos os recursos que foram despendidos no café com os resultados desses gastos, iriam ficar indignados, uma vez que a população como um todo quase não se beneficiou de tal dispêndio. Na tabela abaixo, é visto o enorme déficit gerado pelo café, incluindo a sua destruição, que era da ordem de 8.704.711 de contos de réis em 1933, sem contar com “os juros relativos aos saldos em circulação, comissão e os gastos futuros com a conservação e substituição do café que serve de garantia” aos empréstimos contraídos (Bouças, 1935, p. XV). Afirma-se que o montante poderia chegar à 10.000.000 de

contos de réis considerando todos os gastos. Colocando em proporção, esse valor representava cerca de cinco anos de receita geral da República.

RESUMO	
MOVIMENTO DE FUNDOS	
	Valores em contos de réis
Saídas.....	2.820.418
Debitos em 31-12-1933:	
Externo.....	1.412.464
Interno.....	279.137
	4.512.019
Departamento Nacional do Café:	
Deficit (inclusive C. N. C.).....	905.678
Valor do café destruído.....	2.017.014
» das obrigações devidas.....	1.270.000
	8.704.711

Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1934) Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2, 1935. p.XIV

3.1.1 Mudança de Política

O secretário geral da comissão sugere que deveria haver uma mudança radical de paradigma, essa política não poderia prolongar-se. Indaga-se então, “quem lucrou com os planos de valorização? (Ibid, p. XV) O povo não, uma vez que teve que pagar altos impostos para sanar essas dívidas, os lavradores também não, pois estava sendo formulado na época um Plano de Reajustamento Econômico justamente para salvá-los. Na verdade, quem havia lucrado eram os banqueiros, intermediários e os plantadores de café estrangeiros. Os perdedores, nós brasileiros segundo Bouças, ficariam com os encargos dessa política por no mínimo trinta anos, pois essa é a duração média de um resgate total de um empréstimo.

O objetivo desse volume era então conscientizar a população do mal que a valorização do café causou e poderia causar. Uma vez que todos estivessem cientes disso, o próximo passo poderia ser dado: a diminuição do esforço perante o café e o aumento no incentivo para o desenvolvimento da indústria. O Volume III representou o esforço inicial para que o governo e as pessoas pudessem entender que era preciso que houvesse uma mudança imediata para que a situação das contas públicas não se agravasse, pois o

café já não estava trazendo benefícios claros para o país. Bouças afirma que “como é anti-político dizer a verdade ao povo, tudo isso vai ficando sem comentário”, e agora a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos deixaria isso tudo muito explícito (Bouças, 1935, p. XVI). Ele reconhece que surgiriam inimigos que certamente seriam contra essa exposição, mas acreditava que o povo estava “mais vigilante do que nunca” e que mesmo que a Comissão pudesse vir a ser destituída, os brasileiros saberiam de tudo e iriam “prosseguir nesses trabalhos” com força e soberania (Ibid, XVI).

A destituição da comissão não ocorreu e o governo finalmente havia justificado a sua política de priorização da indústria. O cunho populista na série passa a ser mais claro a partir desse volume, em que Bouças lança mão de frases mais apelativas, seguindo a política vigente na época.

Capítulo 4 - O Estado Novo (1937-1945) e o XVI volume de Finanças do Brasil

Em outubro de 1937, Valentim Bouças, em carta a Osvaldo Aranha “afirmava que a população brasileira aceitaria de bom grado a permanência de Getúlio Vargas no poder” (Dias, 2010, p.3). Devido à sua boa relação com os Estados Unidos, Bouças fez parte da Missão Sousa Costa em julho de 1937, liderada pelo então Ministro da Fazenda Artur de Sousa Costa. O objetivo era negociar assuntos pendentes com o governo norte-americano; tais como: (i) questões relativas à imigração e emissão de passaportes, (ii) a possível criação de um Banco Central no Brasil, (iii) a exportação do café para os Estados Unidos e a (iv) negociação da dívida externa. Em novembro daquele mesmo ano e às vésperas da implantação do Estado Novo, Aranha escreveu a Bouças “informando que seria decretada a moratória sobre a dívida externa brasileira” (Ibid, p. 3).

Após o golpe, o governo Vargas resolveu suspender os pagamentos da dívida externa por três anos, com a justificativa de que “Brasil fora obrigado a suspender os pagamentos em virtude da impossibilidade de atender ao serviço da dívida e custear importações essenciais para o reequipamento do sistema ferroviário e das forças armadas” (Abreu, 1975, p. 54). Vale mencionar que Bouças, ainda como conselheiro financeiro pessoal de Vargas, era a favor dessa política que priorizava o crescimento industrial do país. Osvaldo Aranha, por outro lado, julgava que essa atitude iria ter consequências severas, pois poderia transformar países importantes em inimigos, e isso “constituía um erro econômico e político, especialmente porque o povo americano consumia metade das exportações brasileiras” (Abreu, 1975, p. 55).

De fato, as finanças brasileiras foram bastante prejudicadas durante o regime. Com a retomada do monopólio cambial, houve uma crise no balanço de pagamentos que levou a interrupção de pagamentos da dívida externa, como afirmado acima. Essa trajetória da deterioração das contas públicas é claramente vista no volume XVI de *Finanças do Brasil*, que vai mostrar justamente a situação do país até o ano de 1939.

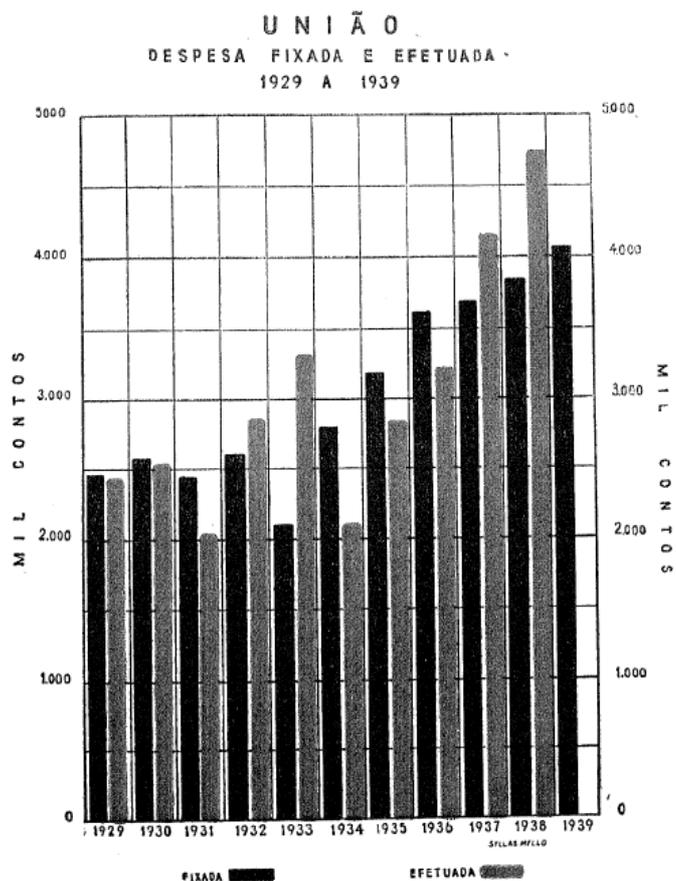
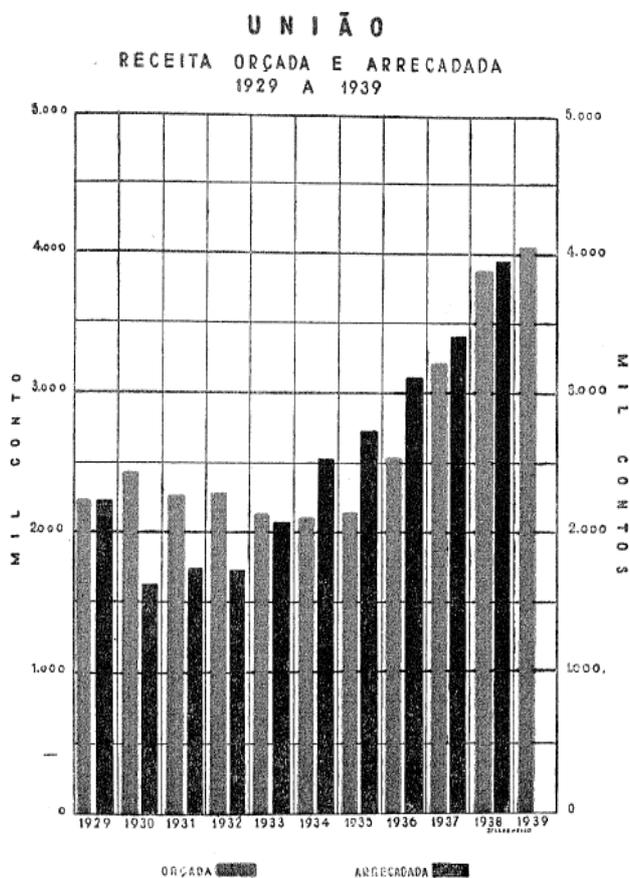
4.1 Finanças do Brasil – Volume XVI (junho de 1940)

A primeira parte do volume agrupa as introduções dos volumes de I até VII e apresenta os contratos de empréstimos externos de todos os estados e municípios do país entre 1931 e 1939. Já a segunda parte apresenta todos os gráficos e quadros estatísticos das finanças do país. Estes revelam claramente qual era a situação da economia na época, sendo capaz de mostrar por si só a deterioração antes mencionada.

4.1.1- Parte I e II

Até 1937, o objetivo da política econômica era garantir um montante de divisas que fosse suficiente para arcar com os compromissos financeiros do país. Desta forma, o controle cambial e de importações era usado para garantir as remessas a um câmbio favorável. No entanto, no final de 1937, as importações haviam aumentado cerca de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior, levando a uma escassez de divisas. Para contornar o problema foi retomado o monopólio cambial em 1937, seguindo o mesmo modelo que fora aplicado entre 1930 e 1934. O controle do câmbio e das importações a partir do estabelecimento do Estado Novo foi o principal instrumento da política comercial da época.

O objetivo do controle de importação era discriminá-las a favor das que eram definidas como essenciais. No entanto, na prática, ela acabou resultando na redução do nível agregado de importações. Essas ações não foram de todo bem sucedidas. A redução das importações não foi suficiente para compensar a brutal queda da exportação de outros produtos brasileiros no período. Como consequência, os pagamentos da dívida externa não foram efetuados. O descompasso na balança de pagamentos fez com que o governo gastasse muito mais do que o orçado e arrecadasse de menos. Como visto anteriormente, independente da situação econômica vigente, as finanças foram de fato organizadas e centralizadas desde os primeiros anos de Vargas no poder. Com isso, o controle era feito de forma minuciosa. A Comissão e o Ministério da Fazenda faziam previsões e metas tanto para a receita quanto para a despesa do governo, presentes nos gráficos abaixo.



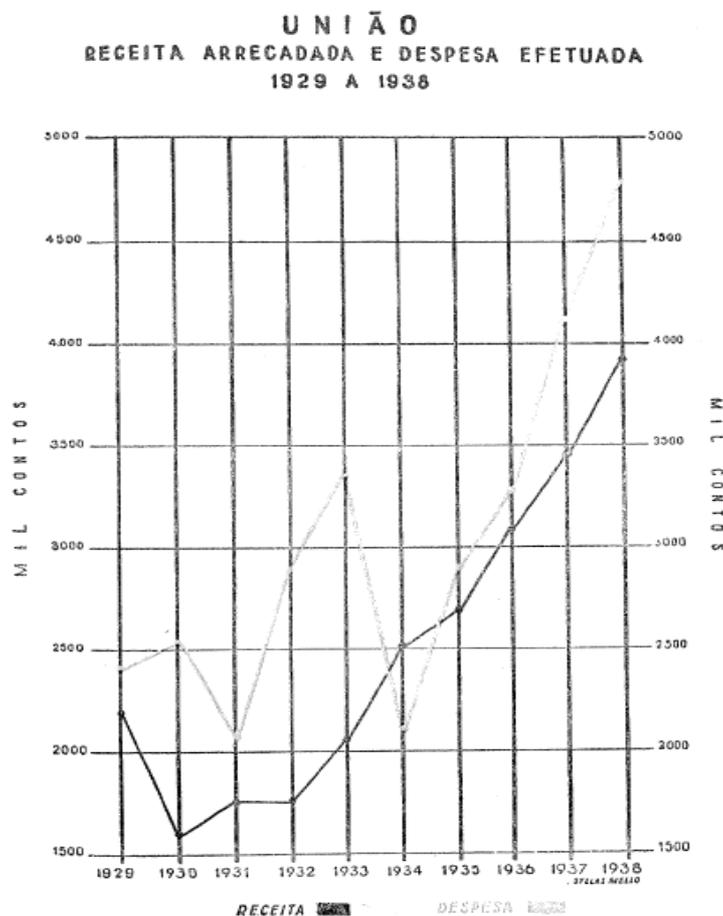
Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1938/1939). Finanças do Brasil : União, Estados e Municípios : Resúmo, com as estatísticas atualizadas, dos volumes I a VII da antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Rio de Janeiro : Typ do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1940. P. 91,92.

No primeiro gráfico, referente à receita orçada e arrecada entre 1929 e 1939, há uma clara evolução nas finanças do Brasil. Em 1930, por exemplo, o descompasso entre a receita orçada e a arrecadada era de cerca de 800 mil contos. Com a reestruturação da política econômica do país imposta por Vargas, essa diferença se atenua de 1930 até 1933. Já em 1934, a receita orçada fica significativamente menor do que a arrecadada, e essa tendência segue até o ano de 1936. A partir de 1937, a receita estimada começa a se igualar com a efetivamente arrecadada - isso significa que o governo não teria divisas sobressalentes para financiar qualquer rombo em seu déficit fiscal.

No gráfico seguinte, que analisa as despesas, podemos começar a ver o real problema do país. Novamente, a partir de 1931 vemos uma melhora, no sentido de que a despesa fixada é maior do que a efetuada. O ano de 1933, no entanto, apresenta uma despesa

fixada de cerca de 2.100 contos enquanto que a efetuada no ano foi de quase 3.500 contos. No ano seguinte, a tendência é revertida e a melhora ocorre até o ano de 1936. Em 1937, a despesa estimada já é significativamente maior do que a fixada, e a partir desse ponto a situação se agrava. Com os gráficos feitos a punho compilados e organizados por Bouças, temos noção do contexto econômico da época. Era evidente que o país não teria condições de pagar sua dívida, uma vez que a despesa era significativamente maior do que a receita do governo. A situação era de fato insustentável.

Finalmente, no gráfico abaixo vemos justamente a comprovação desse fato. A dívida do país, em milhões de libras, cresce de forma acentuada do fim de 1936 até 1938. No gráfico podemos ver que a inclinação da reta aumenta consideravelmente no período, chegando ao pico de 250 milhões de libras, o maior valor desde 1930. Tendo em vista que a situação financeira estava deplorável, Vargas resolve agir por meio de um decreto. A terceira parte do volume aborda justamente isso.



Fonte: BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1938/1939). Finanças do Brasil : União, Estados e Municípios : Resúmo, com as estatísticas atualizadas, dos volúmes I a VII da antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Rio de Janeiro : Typ do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1940. P. 91,93.

4.1.2 – Parte III

A terceira parte se refere à legislação econômica do país entre 1931 e 1940, Bouças lista todos os decretos impostos por Getúlio Vargas, iniciando com aquele que criou a própria Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, responsável pela produção desses relatórios. Todas essas leis tinham o objetivo de centralizar o controle das finanças do país. Dessa forma, a união tinha completo controle e autoridade para guiar a política econômica do país.

Logo após o estabelecimento do Estado Novo, o decreto-lei de número quatorze foi anunciado no dia 25 de novembro de 1937, representando assim uma das principais medidas de Vargas para melhorar a situação econômica. Nele, criou-se o Conselho Técnico de Economia e Finanças, um órgão do Ministério da Fazenda. Este era um órgão “técnico e consultivo com a atribuição de estudar, emitindo parecer, questões de ordem econômico-financeira da União, dos estados e dos municípios” (Bouças, 1940, p. 190). O presidente era o então ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, e Valentim Bouças fora nomeado secretário-técnico, cargo que exerceria até sua morte. Novamente, Bouças era encarregado de organizar a economia e as finanças do país em geral, incluindo a dívida externa e interna, organização bancária, sistema monetário e fiscalização cambial (Ibid, p. 190).

De certa forma, esse decreto era uma reafirmação do primeiro feito por Vargas quando chegou ao poder. Para Bouças, seu papel não era distinto. O próprio decreto diz no Artigo 7 diz que “ A Secretária Técnica será dirigida pelo secretário técnico, cabendo-lhe em tudo quanto não colidir com as disposições do presente decreto-lei as mesmas atribuições que eram conferidas ao secretário técnico da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios” (Ibid, p. 191). Podemos dizer então que a CTEF representava de certa forma a Comissão que fora antes estabelecida, mas com uma nova aparência. O decreto tinha como objetivo dar apenas novos aspectos à economia do país, sinalizando para a população que algo diferente estava sendo feito. Essa atitude mostra justamente a característica populista de Vargas. Se ele apenas trocasse os membros da Comissão ou estabelecesse novos deveres para a mesma, o impacto de sua política seria muito menor.

4.2 – O Conselho Técnico de Economia e Finanças

Os demais representantes do Conselho eram empresários do setor industrial e membros do mercado financeiro. Essa escolha era derivada do princípio vigente na época, de colocar representantes do mundo de negócios deliberando sobre a economia do Estado. Desta forma, o órgão representava os interesses da iniciativa privada. Similar aos deveres da Comissão, o CTEF atuou nesse período estabelecendo um “esquema unitário de regularização da dívida externa tanto no âmbito estadual e municipal como na esfera da política tributária e orçamentária” (Dias, 2012, p.5).

Além do papel similar ao da Comissão, o CTEF ajudou no estabelecimento das políticas em relação a siderurgia e o petróleo. De fato, o órgão foi considerado um dos maiores propagadores da siderurgia no Brasil. Muitos historiadores afirmam ser difícil identificar qualquer “substância nas atividades dos inúmeros conselhos e autarquias que pulavam no período” (Abreu, 1990, p. 91). No entanto, a decisão de construir a primeira usina siderúrgica do país em 1940 utilizando coque mineral foi de fato mérito do CTEF, e “marcou clara mudança na forma de ação do Estado” (Ibid, p. 91). O setor petrolífero também evoluiu consideravelmente durante o Estado Novo. Entre 1935 e 1937 foram construídas cerca de 25 destilarias de óleo diesel. Com a descoberta de petróleo na Bahia em 1938, Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

4.3 – A indústria e as relações exteriores

Durante o Estado Novo, o governo procurou investir no desenvolvimento industrial para não depender demasiadamente do setor externo. Entre as políticas para tal incentivo estavam: (i) substituição de importações, (ii) isenções para exportações de bens de capital e a (iii) regulamentação da Legislação Trabalhista. Como consequência dessas políticas e do esforço da CTEF na questão da siderurgia e do petróleo, a indústria cresceu de forma significativa no período, indo de 16,5% do PIB em 1930 para 20,8% do PIB em 1940. Os setores que mais contribuíram para esse crescimento foram os setores químico, têxtil, de papel, cimento, aço e pneus. A agricultura, por outro lado, perdeu participação no mesmo período. Essa evolução pode ser vista claramente na tabela abaixo.

**Distribuição Setorial do PIB Brasileiro,
1910-1950(%)**

	Agricultura	Indústria	Serviços (*)
1910	35,8	14,0	50,2
1920	32,0	17,1	50,9
1930	30,6	16,5	52,9
1940	25,0	20,8	54,2
1950	24,3	24,1	51,6

(*) - Inclui Governo

Fonte: Haddad, C.. **Crescimento do Produto Real. Brasil 1900-1947**. Rio de Janeiro: FGV, 1978 e IBGE (1990). *Estatísticas Históricas do Brasil* apud Abreu, M. e Vernes, D. (1997), pág. 26.

No entanto, essa evolução industrial não surtiu efeitos positivos nas finanças apresentadas no volume XVI de Finanças do Brasil. Bouças apresenta à CTEF um projeto de nacionalização dos bancos. Nele estava permitido o funcionamento de bancos estrangeiros no país desde que estes fossem transformados em sociedades brasileiras. A idéia não foi adiante e as finanças do Brasil estavam ainda em péssimo estado. Dessa forma, Vargas cria em 1938 o Conselho Federal de Comércio Exterior com o objetivo de centralizar a política externa, âmbito cujas discussões de política econômica eram sempre extensas. A escolha lógica, dada a boa relação de Bouças com o setor externo, era o eleger como consultor técnico do conselho.

Como visto nos gráficos anteriores, a dificuldade de pagar a dívida externa fez com que os credores ficassem cada vez mais hostis com o país. Os Estados Unidos, que anteriormente tinham focado em políticas de curto prazo, como a “concessão de crédito para o descongelamento de atrasados” para obter benefícios no Brasil, mudou drasticamente de estratégia (Abreu, 1990, p. 92). Eles passaram a focar em soluções mais duradouras, como um plano de desenvolvimento econômico do Brasil que beneficiasse as relações anglo-brasileiras. Como consequência, em maio de 1939 Bouças foi aos EUA representando o governo brasileiro com o objetivo de aumentar a exportação brasileira para o país e dessa forma melhorar o balanço de pagamentos vigente, dando início a “Missão Aranha”.

Bouças foi novamente responsável pelas relações exteriores e sua missão marca o começo de um “longo período de relações especiais entre o Brasil e os Estados Unidos” (Abreu, 1990, p. 92). Entre os compromissos acordados estavam: (i) um crédito de US\$ 19,2 bilhões do Eximbank para pagar atrasados comerciais e financeiros dos EUA; (ii) adoção de uma política cambial liberal no Brasil e (iii) retomada do serviço da dívida pública externa no curto prazo. Além disso, Bouças afirma que havia enfatizado a questão da necessidade brasileira de exportar minérios e da construção de estradas de ferro ligando o país. Esse relato fez com que a questão da siderurgia se tornasse ainda mais importante, como ele mesmo afirma “Dessa solução depende a própria segurança nacional. Continuar como até agora, pretendendo fazer nossa reconstrução econômica baseada em interesses limitadíssimos de pequenos grupos industriais é expor demasiadamente nossa própria segurança em futuro não muito remoto” (Dias, 2010, p. 5).

Tanto Aranha quanto Bouças, se empenharam em enfatizar que o Brasil adotara uma “política de inteira cooperação com os Estados Unidos” (Abreu, 1975, p. 58). Ou seja, seguindo as vontades norte americana. Aranha afirma que a dívida do país seria negociada levando em conta a capacidade de pagamento do governo e favorecendo os interesses dos EUA. Segundo o historiador Marcelo de Paiva Abreu, “o fortalecimento da posição norte-americana” pode ser encarada como “uma mudança geral de orientação na política econômica externa brasileira, especialmente a partir de 1939” (Abreu, 1975, p. 62).

Esses compromissos foram de certa forma honrados. A remessa de lucros e dividendos de empresas norte-americanas foi retomada e foi feita uma nova política cambial em abril de 1939. Esse novo regime estabelecia que 70% das cambiais iriam para o mercado livre, e os outros 30% tinham que ser vendidos ao Banco do Brasil com o objetivo de pagar os compromissos estrangeiros. A taxa usada para a venda ao BB era a taxa oficial de câmbio. Uma terceira taxa, mais depreciada, foi criada especialmente para as remessas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras.

O bom relacionamento com os estrangeiros fez com que Vargas também elegeesse Bouças ainda em 1939 como o representante brasileiro do X Congresso das Câmaras Internacionais de Comércio, realizado em Copenhague. Valentim estava mais do que nunca envolvido com as finanças do país – tanto com as contas internas com o trabalho

feito na série Finanças do Brasil, quanto nas relações externas como a Missão Aranha e participação em congressos internacionais.

Capítulo 5 - A Segunda Guerra o XIX volume de Finanças do Brasil

Mesmo que o país estivesse empenhado em melhorar sua situação financeira e portanto pagar sua dívida externa, o mundo estava em um ponto extremamente crítico que acabou por afetar o Brasil. Com a ocupação da maioria do território ocidental Europeu em 1940 pelo Eixo, o Brasil perdeu a maioria dos mercados da Europa Central ao se posicionar do lado dos aliados. Com isso, as exportações caíram de forma significativa, pois o fluxo de mercadorias não foi “integralmente compensada pelo aumento de exportações por parte dos aliados e neutros antes de 1941-42” (Abreu, 1990, p. 93). Houve uma severa queda no saldo da balança comercial numa conjuntura de maiores remessas de lucros e maiores compromissos de dívida externa que foram estabelecidos durante a Missão Aranha. Finalmente, depois de 1941 a exportação de produtos brasileiros aumentou demasiadamente, resultando em uma expansão do saldo na balança comercial.

Essa reversão se deu majoritariamente por acordos de suprimento aos EUA e pelo aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados que antes eram supridos pelo os Estados Unidos e a Inglaterra, que tiveram que reduzir sua exportação devido ao esforço de guerra. Além disso, o Reino Unido teve que adquirir algodão e carne de forma “maciça” para suprir a demanda de sua população e de seus militares (Abreu, 1990, p. 94). No entanto, houve uma extrema dificuldade na obtenção das importações necessárias, como insumos para produção de certos bens e máquinas para a expansão da indústria. Dessa forma, a guerra não foi um período excepcional para o país como um todo, e sim para alguns setores e produtos específicos. Pode-se perceber na tabela abaixo que de fato a guerra melhorou consideravelmente o saldo da balança comercial do país, indo de 3,1 em 1940 para 15,0 em 1941. No entanto as exportações como razão do PIB e as importações não aumentaram da mesma forma.

Exportações e Importações Brasileiras, 1933-1945
(em milhões de libras esterlinas)

	Exportações/ PIB (%)	Exportações/ FOB	Importações	Balança Comercial
1933	-	52,8	41,5	11,3
1934	-	58,0	41,9	16,1
1935	-	55,0	45,9	9,1
1936	-	64,5	46,7	17,8
1937	-	70,2	66,9	3,3
1938	-	60,3	60,2	0,1
1939	11,8	68,8	58,0	10,0
1940	10,0	65,2	62,1	3,1
1941	11,6	89,7	68,9	15,0
1942	11,4	100,0	58,1	35,1
1943	10,5	116,0	75,9	31,3
1944	9,9	143,0	108,4	32,5
1945	9,5	162,6	116,6	43,5

Fonte: Abreu, Marcelo P. 1990. "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945", in Abreu, Marcelo P.. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, pág. 149

Em relação à dívida externa, vimos que em 1937 os pagamentos foram suspensos, segundo Bouças, com o objetivo de “dar tempo e oportunidade ao responsável pela Fazenda de entrar em novas negociações junto aos banqueiros” (Bouças, 1942, p. 12). De fato, em março de 1942 o Ministro Arthur de Sousa Costa, amparado pelo Decreto-Lei 2.085 de 8 de Março de 1940, retomou o pagamento da dívida com base em acordos comerciais assinados junto aos EUA, que englobavam também exportações de produtos brasileiros do setor agrícola e industrial. Segundo ele, era o momento ideal pois em breve as exportações brasileiras iriam ter que competir novamente com os produtos internacionais, cujo o fluxo já haveria tido tempo suficiente para se normalizar após a guerra. Além disso, seria muito mais difícil evitar maiores pagamentos da dívida com o fim da guerra próximo. Com as nações em guerra e precisando de liquidez, um montante mais inferior seria mais facilmente aceito. Dessa forma, era o momento oportuno para negociar. “Após longas negociações, as partes concordaram em um acordo final que ofereceria duas opções aos portadores de títulos (...) nenhuma menção

foi feita quanto à classificação dos empréstimos por categoria” (Abreu, 1975, p. 66). Essa última decisão, relativo à classificação dos empréstimos, foi feita justamente para ocultar o favorecimento dos EUA na negociação frente aos britânicos. Novamente, Souza Costa havia nomeado Bouças para negociar, e “isso havia sido desvantajoso para os britânicos porque Bouças tendia a beneficiar interesses norte-americanos” (Abreu, 1975, p. 68).

Segundo o Volume X da série *Finanças do Brasil*, o novo acordo estabeleceu que o país efetuará 50% das “remessas efetuadas na vigência do decreto 23.929 de 5 de Fevereiro de 1934” (Bouças, 1942, p. 12). Uma nova cláusula permitiu que tanto a União quanto os Estados e Municípios pudessem adquirir títulos de seus próprios empréstimos, os retirando então de circulação. Bouças afirma que “esta sábia medida permitiu pela primeira vez, desde um século a diminuição do total da circulação da nossa dívida externa” (Ibid, p. 12).

5.1 – A Coordenação de Mobilização Econômica

Em agosto de 1942, o Brasil declara oficialmente guerra aos países do Eixo. Logo no mês seguinte, cria-se a Coordenação de Mobilização Econômica, que tinha o objetivo de coordenar toda a economia do país em uma situação inédita: a entrada em um conflito de escala mundial. Este órgão era subordinado ao presidente e sediado no Rio de Janeiro. Além da sede contava com escritórios espalhados pelas principais capitais do país na época. A Coordenação era responsável por supervisionar as empresas privadas e estatais, organizando todo o planejamento econômico das mesmas. Seguiu então a característica central do governo Vargas- intervenção completa do Estado na economia. Entre suas funções básicas estavam: (i) o combate à inflação, (ii) suprimento do mercado interno, (iii) estímulo à produção agrícola e industrial, e o (iv) controle dos preços dos alimentos da cesta básica.

Bouças foi assistente da Coordenação da Mobilização Econômica de 1942 até 1945, ano em que o órgão foi extinto. Devido ao bom relacionamento com o exterior, Bouças se tornou responsável pelos “assuntos relativos à borracha, à mangabeira e à maniçoba”, bens que antes eram exportados em larga escala mas que no contexto atual estavam em declínio (Dias, 2010, p. 6). Segundo reportagem da *Revista Time* do dia 13 de março de

1944, Bouças foi aos EUA justamente para assinar um acordo que aumentaria o preço da borracha. Ainda segundo a revista, esse contrato estabelecia uma quota para a compra da matéria prima por parte dos americanos e representava a única esperança para a melhora desse segmento da economia brasileira. Bouças sabia que o aumento das exportações durante a guerra tinha sido primordialmente devido à demanda americana, logo ele foi diretamente aos EUA tentar estabelecer acordos.

Com a guerra, a importação de bens de consumo se tornou mais difícil, fazendo com que as indústrias brasileiras tivessem o privilégio de ter que suprir toda a demanda interna. Conseqüentemente, novas indústrias surgiram e as antigas se expandiram. Na mesma reportagem, o autor menciona esse cenário e afirma que o grande beneficiário havia sido a indústria têxtil brasileira: “*A big gainer: the textile industry*” (Time Magazine, 1944). Todo esse contexto histórico é refletido nas finanças do país, e isso pode ser analisado no Volume XIX de Finanças do Brasil, que abrange de 1824-1945.

5.2 Volume XIX – Finanças do Brasil (dezembro de 1955)

O Volume XIX de *Finanças do Brasil* é uma compilação dos volumes I até XV, dando maior destaque aos volumes IX, X e XV que abrangem as finanças de, respectivamente, 1940, 1942 e 1946. A publicação apresenta a introdução de todos os volumes e também os quadros e gráficos mais importantes de cada um deles, fazendo então com que o Volume XIX seja um verdadeiro resumo das finanças do Brasil até o ano de 1945.

5.2.1– Introdução Volume IX

Valentim Bouças apresenta nessa introdução um pouco da história das finanças do país desde a sua independência. Ele afirma que foram encontrados “empréstimos com emissão clandestina” e “serviço de empréstimos que foram negligentemente abandonados ou sequestrados” (Bouças, 1955, p. 76). Em virtude disso, Vargas busca regulamentar o sistema através dos “Decretos-lei”. O Decreto 23.829 de 5 de fevereiro de 1934, feito pelo então ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, buscou desenvolver uma política para sanar as dívidas, estabelecendo uma classificação para os empréstimos. Mais adiante, do Decreto lei 2.085 de 8 de março de 1940 buscou o

mesmo objetivo incluindo agora as relações exteriores. Finalmente, o Decreto-lei 2.228 de 24 de maio de 1940 permitiu a cotação de títulos brasileiros da dívida externa no mercado nacional de valores. Até a publicação desse volume, os efeitos dessa lei não podiam ser vistos. Mas, Bouças acreditava que era “o caminho seguro para uma política economico-financeira de independência” e o “primeiro grande passo no sentido da nacionalização da dívida externa” (Bouças, 1955, p. 76).

5.2.2– Introdução do Volume X

Bouças também inicia essa introdução definindo um panorama geral das finanças do Brasil, relatando todo seu progresso e andamento desde a publicação do primeiro volume da série. Ele destaca tanto Estados que haviam se recuperado e não estavam mais tão endividados no ano de 1942, como o Amazonas e o Pará, quanto os que estavam em situações alarmantes. Em 31 de dezembro de 1941, estados como Belém e Porto Alegre estavam em uma posição em que “o serviço anual de sua dívida externa teria forçosamente que superar a receita orçamentária respectiva” (Bouças, 1955, p. 80). É importante ressaltar que neste ano o milréis depreciou perante as moedas internacionais, fazendo com a dívida se elevasse de maneira extrema nos estados já endividados. Além disso, tínhamos de um lado uma dívida crescente pressionada pelo câmbio, e de outro um crescimento da renda em uma progressão muito menor. Em conclusão, o pagamento dos juros da dívida era praticamente impossível.

Em virtude disso, Bouças relata que em 1940 o Decreto Lei 2.085 do ministro da Fazenda Souza Costa retomou os pagamentos de 50% das remessas, mas incluiu uma cláusula que permitia a União, os Estados e Municípios “a adquirirem títulos de seus empréstimos para serem retirados da circulação” (Bouças, 1955, p. 81). Essa medida, junto com o Decreto Lei 2.228, era justamente para ajudar esses Estados em situações alarmantes – e de fato foi vista pela primeira vez uma diminuição da dívida externa.

5.2.3 – Introdução do Volume XV

Essa introdução se destaca por seu cunho mais realista e tom menos otimista quando comparado aos demais volumes. Bouças, pela primeira vez, deixa evidente que o

primeiro empréstimo do país deu início à “bola de neve” sempre crescente da dívida externa (Bouças, 1955, p. 84). Ele afirma que a nossa independência política havia sido demasiadamente onerosa, com as “dívidas contraídas em Londres pela Casa Real Portuguesa” (Ibid, 1955, p. 84). De um lado, esse primeiro empréstimo obtido no dia 20 de agosto de 1824 no valor de 3.686.200 libras aos juros de 5% declarou ao mundo a nossa independência, mas do outro lado da moeda, “o que é mais grave – ficáva(mos) em absoluta dependência econômica, sacrificando o (nosso) futuro desenvolvimento” (Ibid, 1955, p. 84).

O ponto crucial, sempre explorado por Bouças, é que até a publicação do primeiro volume esses números não eram conhecidos. A bola de neve então cresceu em proporções abusivas pois não sabíamos qual era a real situação do país - mostrando o grande valor das publicações. Como Vargas mesmo afirmou: “Ninguém poderá, doravante, prescindir desse admirável trabalho, que em verdade, constitui um espelho da história financeira do nosso país. Sem ele, certamente não seria possível delinear o esquema de nossas dívidas externas; sem ele não poderíamos aquilatar, por exemplo, em todas suas consequências, o legado oneroso que a Revolução recebeu dos governos passados” (Bouças, 1955, p. 83-84). Até certo ponto, Vargas usava essa falta de informação para justificar os problemas econômicos vigentes com medidas tomadas por governos anteriores – que eram então desconhecidas. Mas, é importante destacar que o trabalho é sim um espelho da nossa história, pois finalmente analisa minuciosamente as finanças do país.

Bouças termina a introdução afirmando que a proclamação do Decreto-Lei 6.019 de 23 de novembro de 1943 iria finalmente proclamar a independência econômica e financeira do país. Nele são fixadas “as normas definitivas para o pagamento e serviço dos empréstimos realizado em libras e dólares pelos Governos da União, Estados e Municípios” (Bouças, 1955, p. 335). Os pagamentos poderiam ser feitos seguindo o Plano A ou o Plano B. O Plano A mantinha o valor nominal e original do título, fixando novas taxas de juros e cotas de amortização. Já o Plano B estabelecia uma redução do valor nominal original, compensado por pagamentos em dinheiro fixando uma taxa de juros. O Decreto era considerado positivo para o contexto do país na época, mas, sabemos hoje que não tão cedo obteríamos a nossa independência financeira como afirmava o otimista Valentim Bouças.

5.3. Análise da Dívida Externa 1937-1945

Ao analisarmos o quadro da circulação da dívida externa federal do Brasil República, podemos ver que há uma redução no total da dívida, tanto em libras quanto em francos e dólares. Como afirmado anteriormente, o país interrompeu o serviço da dívida em 1937. Isso é visto claramente no quadro, pois o total da dívida fica estagnado entre 1937 e 1939. A partir de 1939, vemos que os valores começam a decair paulatinamente. De fato, a redução considerável começa a partir de 1941, amparado pelo Decreto-Lei de 1940, referido acima, e pelo acordo do Ministro de Souza Costa feito com os credores.

Vale mencionar que esse quadro reflete claramente o que estava acontecendo com as relações exteriores do Brasil – o favorecimento claro dos interesses Norte Americanos. Em 1941, a dívida total em libras era de 101.082.237 e a dos EUA era da ordem de 158.121.545 dólares. No ano de 1942, quando o acordo da dívida já estava vigente, o total Britânico cai apenas para 97.614.017 libras, enquanto que o americano cai de forma expressiva para 148.677.345 dólares. Já o montante em francos não se altera. De fato, a relação do Brasil tanto comercial quanto política era mais estreita primeiramente com os americanos seguidos dos britânicos. Essa posição se intensifica ainda mais com o apoio claro de Bouças e Aranha aos Estados Unidos.

O maior serviço de pagamento da dívida é visto de 1943 para 1944. Isso ocorre justamente pela negociação de um “acordo definitivo no qual se fixou uma escala de pagamentos mais compatível com as possibilidades de pagamento do país” (Abreu, 1990, p.100). Novamente, os norte-americanos conseguem uma posição mais favorável. Os credores poderiam eleger dentre duas opções: a) mantidos os valores nominais da dívida mas com uma redução significativa nos juros, com pagamentos iniciais de 7,7 milhões de libras e a b) um pagamento inicial de 8,4 milhões de libras e “pagamentos de 22,9 milhões de libras resgatando 79 milhões de libras de dívida em circulação ao preço médio de 29%” (Abreu, 1990, p. 101). Era estimado que com esses planos a dívida do Brasil seria cortada pela metade. De fato, o ano inicial do acordo foi promissor, a dívida americana foi de 141.525.645 dólares para 125.303.025 dólares. A dívida inglesa dessa vez reduziu de forma um pouco mais significativa, indo de 96.480.497 para 83.955.485 libras. Mas, de 1944 para 1945 a redução não foi tão brusca, já sendo afetada pelas forças que abalavam o regime de Vargas.

Com o fim da guerra, a política norte-americana começou a mudar; os governos que não haviam sido eleitos por meio de voto popular não eram mais apoiados. Vargas se encaixava justamente nesse cenário, e por isso as “preocupações quanto à falta de democracia interna tornaram-se evidentes” (Abreu, 1990, p. 103). Na tentativa de manter-se no poder, Vargas tentou aliar-se aos grupos mais radicais, mas isso não surtiu efeito. Definitivamente a posição contrária do governo americano foi o ponto decisivo para a destabilização do regime, e isso também é evidenciado com a diminuição do serviço da dívida no final do período, presente no quadro abaixo.

EMPRESÍTIOS				ESTADO NOVO							
A N O S	TAXAS	MOEDAS	FUNCIONAL								
			1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
1883	4 1/4 %	Libras	1.888.400	1.888.400	1.888.400	1.886.300	1.884.300	1.826.700	1.816.700	1.565.500	1.465.550
1888	4 1/2 %	Libras	3.169.900	3.169.900	3.169.900	3.167.200	3.165.200	2.973.800	2.962.800	2.507.250	2.323.800
1889	4 %	Libras	15.873.000	15.873.000	15.873.000	15.858.300	15.695.100	15.049.400	14.936.100	13.227.500	12.509.950
1895	5 %	Libras	6.117.800	6.117.800	6.117.800	6.115.600	6.098.900	6.028.500	5.971.500	5.282.300	4.710.000
1898 — Funding	5 %	Libras	5.569.920	5.569.500	5.569.500	5.346.437	5.187.717	5.066.157	4.966.877	4.684.601	4.437.661
1901	4 %	Libras	8.972.760	8.972.760	8.972.760	8.971.260	8.868.760	8.333.480	8.158.380	6.560.460	6.128.790
1903	5 %	Libras	6.775.600	6.775.600	6.775.600	6.775.300	6.775.300	6.772.300	6.772.300	6.496.240	5.976.220
1908	5 %	Libras	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1910	4 %	Libras	9.165.100	9.165.100	9.165.100	8.827.300	8.462.900	7.839.200	7.718.000	6.486.100	5.891.350
1911	4 %	Libras	2.871.700	2.871.700	2.871.700	2.871.600	2.866.600	2.571.200	2.547.500	1.894.450	1.711.400
1911 — V. C.	4 %	Libras	2.289.260	2.289.260	2.289.260	2.289.260	2.286.160	2.071.360	1.894.660	1.406.050	1.292.040
1913 — L. B. (1910)	4 %	Libras	344.300	344.300	344.300	344.300	344.300	331.300	329.300	309.000	269.600
1913	5 %	Libras	10.262.260	10.262.260	10.262.260	9.767.300	9.757.200	9.407.880	9.288.880	7.279.610	6.500.510
1914 — Funding	5 %	Libras	12.950.420	12.949.740	12.949.740	12.776.140	12.588.280	12.446.360	12.343.560	11.209.300	10.725.448
1927	6 1/2 %	Libras	8.372.300	8.372.300	8.372.300	8.372.300	8.372.300	8.372.300	8.372.300	7.424.560	7.236.120
1931 — Funding 20-A	5 %	Libras	2.132.820	2.130.120	2.130.120	2.005.660	1.897.480	1.811.560	1.756.440	1.548.216	1.393.904
1931 — Funding 40-A	5 %	Libras	7.436.900	7.436.660	7.436.660	6.985.080	6.831.740	6.712.520	6.645.200	6.074.348	5.800.076
TOTAL	—	LIBRAS	104.192.440	104.188.400	104.188.400	102.359.337	101.082.237	97.614.017	96.480.497	83.955.485	78.372.419
1908/9	5 %	Frs. Papel	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500	96.181.500
1931 — Funding 20-A	5 %	Frs. Papel	52.442.650	52.442.650	52.442.650	52.146.650	52.146.650	52.146.650	52.146.650	52.146.650	52.146.650
1931 — Funding 40-A	5 %	Frs. Papel	125.010.062	125.010.062	125.010.062	124.580.312	124.580.312	124.580.312	124.580.312	124.580.312	124.580.312
TOTAL	—	FRS. PAPEL	273.634.212	273.634.212	273.634.212	272.908.462	272.908.462	272.908.462	272.908.462	272.908.462	272.908.462
1909	5 %	Frs. Ouro	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000	38.723.000
1910	4 %	Frs. Ouro	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500	93.836.500
1911	4 %	Frs. Ouro	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000	57.735.000
1916	5 %	Frs. Ouro	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000	24.253.000
1922	5 %	Frs. Ouro	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000	14.638.000
TOTAL	—	FRS. OURO	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500	229.185.500
1921	8 %	Dólares	31.352.500	31.352.500	31.352.500	31.352.500	30.687.000	28.276.000	26.669.000	23.439.800	21.968.500
1922	7 %	Dólares	17.503.000	17.503.000	17.503.000	17.503.000	16.308.000	15.079.500	14.387.500	12.810.300	12.086.100
1926	6 1/2 %	Dólares	56.108.060	56.108.000	56.108.000	56.108.000	53.045.000	50.514.500	48.584.000	43.071.000	40.904.200
1927	6 1/2 %	Dólares	39.709.000	39.709.000	39.709.000	39.709.000	37.485.000	35.169.500	33.308.000	29.559.800	27.958.200
1931 — Funding 20-A	5 %	Dólares	24.099.245	24.099.245	24.099.245	22.180.645	20.586.545	19.637.845	18.577.145	16.422.125	15.463.285
TOTAL	—	DÓLARES	168.771.745	168.771.745	168.771.745	166.853.145	158.121.545	148.677.345	141.525.645	125.303.025	118.380.285

5.4 A análise da Reservas 1937-1945

Vale mencionar que durante a Segunda Guerra Mundial, ainda predominava o sistema do Padrão Ouro no mundo – mesmo que este estivesse sendo afetado por políticas de cada país durante o evento. Com a intensificação da exportação brasileira e a dificuldade de importação durante a guerra, houve um “grande aumento de nossas reservas no exterior, reservas que aos poucos (fomos) transformando em ouro metálico” (Bouças, 1955, p. 325).

Em 20 dêste mês a nossa situação era a seguinte:

Existência em ouro

gr	171.174.677,183	— Em depósito no Federal Reserve Bank, de Nova York.
gr	45.076.585,899	— Em depósito no Banco do Brasil.
	<hr/>	
gr	216.251.263,082	
	<hr/>	

BOUÇAS, Valetim F. [Finanças do Brasil] (1824-1937) *História da dívida externa da União*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955. P. 325.

No entanto, segundo Bouças, era preciso considerar que o país ainda tinha problemas com as dívidas e não tinha reserva suficiente para honrá-las. Não havia também recursos para a “aquisição de bens de produção (...) e bens de consumo duráveis (...) indispensáveis à nossa indústria e à nossa vida” (Bouças, 1955, p. 325). Com isso, durante o período, houve uma dificuldade em desenvolver a indústria pois a importação de novas máquinas era muito difícil, e as antigas já estavam desgastadas devido a intensa produção industrial. Ele afirma então que após a guerra a importação teria que ser aumentada de maneira expressiva, pois além das necessidades usuais, essa necessidade de inovação teria que ser suprida.

O acordo feito com os EUA referente à dívida externa em 1942 definiu também que as reservas em ouro e em divisas fossem usadas “na aquisição de bens indispensáveis à nossa vida industrial e à expansão de nossas forças econômicas” (Bouças, 1955, p. 326). Neste trecho do livro, Bouças faz afirmações sensacionalistas e de cunho populista – claramente seguindo o seu elo à Vargas. Ele diz que o acordo feito com os EUA e com a Inglaterra foi de grande cooperação, pois houve uma “afinidade de sentimentos” por

parte desses países, pois “nunhuma sociedade pode sobreviver se o instinto do ganho esmaga a idéia generosa de servir à comunidade” (Ibid, p. 326).

Mais adiante, hoje sabemos que a questão da dívida externa do país não fora resolvida ali. Na verdade, ela estava muito longe de ser solucionada apenas com os acordos feitos durante a Era Vargas. Fundamentalmente, Bouças tenta sinalizar para o leitor que com o acordo feito na época, todos os problemas do país estavam resolvidos:

“A regularização definitiva da questão da dívida externa abre assim ao Brasil uma era nova de verdadeira liberdade de ação e de movimentos, permitindo-lhe as iniciativas que interessam ao seu desenvolvimento e a toda uma série de realizações que elevarão o nosso País ao mesmo plano das grandes nações do mundo” (...).Somente agora podemos considerar que o Brasil adquiriu a liberdade real, que é incompatível com a falta de recursos para agir” (Bouças, 1955, p. 326).

Bouças termina então o texto afirmando que esse havia sido o melhor acordo para o país em todos os aspectos. A Nação Brasileira, segundo ele, estava feliz – pois os portadores de títulos estariam satisfeitos, a classe industrial teria suas importações e a população iria finalmente ver o país desenvolver. Infelizmente, ele estava sendo demasiadamente otimista, pois o regime de Vargas caiu logo depois e, junto com ele, foram-se todos os acordos relativos à dívida e a organização econômica ruiu.

Conclusão

A revolução de 30 marcou a história de nosso país, e de fato fez com que o Brasil tomasse um rumo político e econômico completamente diferente do que estava em vigor durante a República Velha. Muitas dessas importantes transformações nas finanças, no setor industrial, nas relações internacionais e na política econômica são documentadas e analisadas na série *Finanças do Brasil*, sob a coordenação de Valentim Bouças. No início dos anos 30, como secretário- técnico da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, foi responsável por compilar os dados e dar vida à série. Já ao final da década de 1910, como empresário e representante da International Business Machines Corporation (IBM), viabilizou em boa parte a realização do importante Censo de 1920, importando máquinas com uma tecnologia inovadora que ajudaram a ampliar a mensuração da realidade nacional, antes limitada quase que exclusivamente à contagem a população (Oliveira, 2005, p.35).

Desde o início da Era Vargas, seu papel como orientador financeiro pessoal de Getúlio e de coordenador da dívida externa fizeram com que Bouças participasse de todas as negociações internacionais sobre a dívida e aconselhasse Vargas em todas as políticas relevantes.

Uma das políticas econômicas mais desastrosas para o país foi a de valorização do café, e Bouças foi um dos primeiros a reconhecer isso. Mesmo indo contra a oligarquia paulista, uma classe muito poderosa na época, foi abertamente contra esta política e conseguiu revertê-la após muito esforço. A fundação da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, editada a partir de 1936 por Bouças, - uma publicação não governamental e considerada uma das revistas pioneiras em economia - foi crucial, pois os artigos publicados advogavam a favor de uma reforma monetária e bancária, de uma nova política em relação à dívida externa e de um incentivo à industrialização – pontos que também foram trazidos à tona por ele como secretário-técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, a partir de 1937.

Bouças, atuando como consultor técnico do Conselho Federal de Comércio exterior, colaborou diretamente para a política de comércio externo e representou o governo em diversos encontros com autoridades americanas e européias, sempre com o objetivo de

incrementar a exportação brasileira. A boa relação com o exterior permitiu também que assumisse a função de diretor de inúmeras empresas, como a International Telephone & Telegraph Association, a Coca-Cola Refrescos S.A e a Goodyear do Brasil. Mesclando seus papéis no governo e nas empresas, Bouças de fato estava “habitado a ver o Estado como prolongamento direto da empresa” (Dias, 2010, p.7). Essa visão fica evidente na parte introdutória escrita por Valentim Bouças dos diversos volumes de *Finanças do Brasil*. Para ele, como em uma empresa, não fazia sentido um estado ter uma despesa maior do que sua receita contraindo uma dívida impossível de pagar. Várias vezes se declarava contra a corrupção, questionando a solicitação de empréstimo para obras que nunca seriam realizadas e acreditava que impostos que impediam o desenvolvimento do país, como o imposto de consumo, deveriam ser extintos. Era a favor da abertura do Brasil para o mundo – quanto mais aberto e bem relacionado o país fosse, melhor seria para o seu desenvolvimento.

Segundo Valentim Bouças, Vargas tinha o objetivo “de encarar com a indispensável decisão de animo o problema de trazer a lume o que realmente havia de verdadeiro neste então trincado aspecto da vida administrativa do país” – as finanças do Brasil (Bouças, 1942, p.1).

Do ponto de vista econômico, um país que depende de financiamento externo para desenvolver sua infra-estrutura apenas terá o incentivo de honrar os juros da dívida de forma correta se os credores estiverem dispostos a fornecer capital continuamente. Por outro lado, se os emprestadores adotarem uma postura hostil e negarem novos empréstimos, o mais benéfico para o país devedor é justamente cessar o pagamento da dívida. No entanto, é importante notar que fatores políticos muitas vezes prevalecem sobre o racional econômico, fato que ficou claro durante a Era Vargas. “Enquanto no início da década de 30 o Brasil pagou mais do que poderia esperar-se em face das condições econômicas reais do país, o contrário acontece de 1940-1943 quando os pagamentos totais foram menores do que seria justificado pela capacidade de pagar do país” (Abreu, 1975, p. 76). Isso nos prova que, muitas vezes, em última instância, os acordos são resolvidos muito mais no âmbito político do que no âmbito econômico. Fica claro que a postura de Bouças também reflete essa realidade; mesmo que priorizando a modernização e desenvolvimento das finanças do país, nenhuma decisão sua foi em vão: procurou incluir a IBM no Censo e na coleta dos dados do país, se

tornou conselheiro do presidente e era um dos maiores propagadores da política norte-americana, recebendo em troca o apoio da maior potência mundial.

Logo no início da Era Vargas, o governo não parecia acreditar que a posição devedora do país na época seria um problema no longo prazo. Acreditava sim, que com suas ações e com o alto serviço da dívida, a questão poderia ser aniquilada – pensamento que se provou errado nos anos subsequentes, e que Bouças presenciou. Já entre 1934 e 1937, a posição do governo muda radicalmente e “pode-se dizer que o governo considerou politicamente mais convincente importar bens de consumo do que pagar mais serviço de dívida” (Abreu, 1975, p. 81). Dessa forma, viu-se uma reversão de política clara, pois Vargas optou por cessar os pagamentos da dívida externa devido à necessidade de aumentar o nível de importações. Nesse situação, novamente a vertente política sobrepôs o racional econômico. Ao enfrentar o *trade-off* entre importar mais equipamentos para o exército e para a rede de transportes e pagar a dívida, Vargas optou pela primeira opção, justamente para “reduzir o impacto das críticas internas” e “mobilizar o apoio militar para o novo regime” (Abreu, 1975, p. 84). Bouças apoiava essa decisão, pois neste mesmo ano apresentou ao governo um relatório enfatizando a necessidade da construção de estradas de ferro e da industrialização do país, objetivos que só seriam cumpridos com o aumento das importações.

Seu trabalho e esforço não se resumiu à Era Vargas, Bouças estava também presente no segundo mandato de Getúlio entre 1950-1954, seguiu com sua boa relação com o exterior representando o país em diversas comissões e continuou sendo uma pessoa chave no desenvolvimento industrial e empresarial do país. A política econômica do país foi muito influenciada pelo setor externo entre os anos 1950 e 1960. No início do Segundo Governo Vargas, o cenário internacional era bastante favorável, contando com o aumento do preço do café e com a benevolência da política norte-americana “em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento do país” (Abreu, 1990, p. 123). A CMBEU, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que continha técnicos de ambos os países e organizava o financiamento dos projetos que eliminavam os gargalos da infra-estrutura brasileira, foi a base da política da época. Valentim Bouças, que seguia como conselheiro de Vargas, foi membro dessa comissão e auxiliou no desenvolvimento de diversos projetos no país até o ano de 1952, quando a comissão foi destituída.

Valentim Bouças faleceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro de 1964, e entre várias homenagens, um artigo da *Revista de Finanças Públicas*, da qual era também editor – destacou seus “30 anos de esforço construtivo, dedicação e relevantes serviços a causa pública”¹⁴ salientando sua contribuição na modernização e desenvolvimento das finanças do Brasil e seus princípios administrativos. Como ele mesmo afirmou em suas publicações, “A Federação (...) há de ser a União, pelos Estados e Municípios e estes por aquela, em salutar entendimento” (Bouças, 1932, p.23). Com transparência, estaremos “em condições afinal de nos conhecer a nós mesmos” (Bouças, 1932, p. 22). No entanto, infelizmente Bouças estava enganado em um aspecto crucial. Ele acreditava que mesmo quando a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos fosse dissolvida, o povo brasileiro não iria deixar o governo se tornar corrupto, desorganizado e endividado: “Porque de pé, inabalável e incorruptível, hoje mais vigilante do que nunca, estará para substituir-nos e prosseguir nesses trabalhos, essa força, que o Brasil teve sempre em estado latente, mas que hoje desperta, cônica da sua pujança e da sua soberania: A OPINIÃO PÚBLICA” (Bouças, 1934, p.16). Princípios administrativos ainda muito distantes do que vemos em boa parte do Brasil atual.

Essa monografia é em parte um esforço para entender melhor a história desse personagem ainda pouco estudado e que atuou, por mais de três décadas, em episódios fundamentais da nossa história econômica. Em nosso trabalho, limitamos nossa pesquisa à atuação de Bouças durante a Era Vargas, destacando alguns temas econômicos do período a partir da leitura de alguns números da série *Finanças do Brasil*, desejando que esse seja o início de uma pesquisa maior que nos permita conhecer mais a nossa história econômica através da leitura e estudo dessa série e de outras publicações coordenadas por Valentim Bouças.

¹⁴ Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda - Revista de Finanças Públicas – out dez 1964 p.2 e 3

Referências Bibliográficas:

ABREU, Marcelo de Paiva., **A dívida pública externa do Brasil, 1931-1943**, Pesquisa e Planejamento Econômico, 5 (1), 1975.

ABREU, Marcelo de Paiva. et. al. **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Crise, Crescimento, e Modernização Autoritária: 1930-1945**. 20ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

DIRETORIA Geral de Estatística. **Brasil 1922 censo demográfico. Recenseamento do Brasil**. Realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, v.1 – Introdução, 544 p.

BOUÇAS, Valetim F. [**Finanças do Brasil**] (1932) **Finanças dos Estados do Brasil: relatório apresentado pelo Secretario da Comissão Valentim F. Bouças em sessão de 6 de abril de 1932**. Rio de Janeiro: Of. Gr. S. A. A Noite, v.1, 1932. 207 p.

BOUÇAS, Valetim F. [**Finanças do Brasil**] (1934) **Dívida externa, histórico dos empréstimos emitidos pelos Estados e ainda em circulação em 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 3, pt. 2,1935. 135 p.

BOUÇAS, Valetim F. [**Finanças do Brasil**] (1888-1957) . **Finanças do Brasil : Dívida externa, compromissos brasileiros em francos**. v. XX. Rio de Janeiro, 1957.

BOUÇAS, Valetim F. [**Revistas de Finanças Públicas**] (Out./Dez 1964) . **30 anos de esforço construtivo, dedicação e relevantes serviços à causa pública**. Rio de Janeiro, 1964.

BOUÇAS, Valetim F. [**Finanças do Brasil**] (1938/1939) . **Finanças do Brasil : União, Estados e Municípios : Resúmo, com as estatísticas atualisadas, dos volúmes I a VII da antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios**. Rio de Janeiro : Typ do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1940. 207 p.

BOUÇAS, Valetim F. [**Finanças do Brasil**] (1824-1937) **História da dívida externa da União**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 19, 1955. 288 p.

BOUÇAS, Valetim F. **[Finanças do Brasil] (1942) História da dívida externa Estadual e Municipal**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 10, 1942. 171 p.

BOUÇAS, Valetim F. **[Finanças do Brasil] (1924-1945) História da dívida externa Estadual e Municipal**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio Rodrigues & C, v. 10, 1955. 385p.

CARVALHO, José Luiz de Bulhões. **A estatística no Brasil**. In: Anuário do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações, 1929.

CORRÊA, Maria Letícia. **Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1945)**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

ESPINA, Delia Beatriz. **Valentim F. Bouças e a chegada da IBM no Brasil (1917)**. Interciência. v. 23, jan. fev. 1998, p. 45-50

ESPINA, Delia Beatriz. **O papel das empresas multinacionais na industrialização periférica: um estudo da trajetória da IMB**. Em SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. ; MARANHÃO, Ricardo F. A. (Orgs.) (1996) História de Empresas e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Hucitec/Fapesp/ABPHE.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. **A Armadilha da Dívida**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

DIAS, Sonia. Valentim Bouças. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20/10/2011.

Brazil: Neighbor's Future. Time Magazine, 13 de março de 1944. . Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,932392,00.html>>. Acesso em: 25/10/2011.

Brazil: Neighbor's Future. Time Magazine, 14 de abril de 1944. Disponível em: <<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,797909,00.html>>. Acesso em: 25/10/2011.

OLIVEIRA, Regina Célia Acioli. **O Instituto Brasileiro de Geografia no projeto político-cultural do Estado Novo.** Dissertação (mestrado em História Política e Bens Culturais - CPDOC) Rio de Janeiro: 2005

SUZIGAN, Wilson. **Pesquisa e Planejamento Econômico: Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica.** Vol5, n.2, 1975. <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/646/588>

